



REDE DE
EDUCAÇÃO
CIDADÃ

Recid 10 anos, Sementes e Frutos da Educação Popular

Cartas Memória



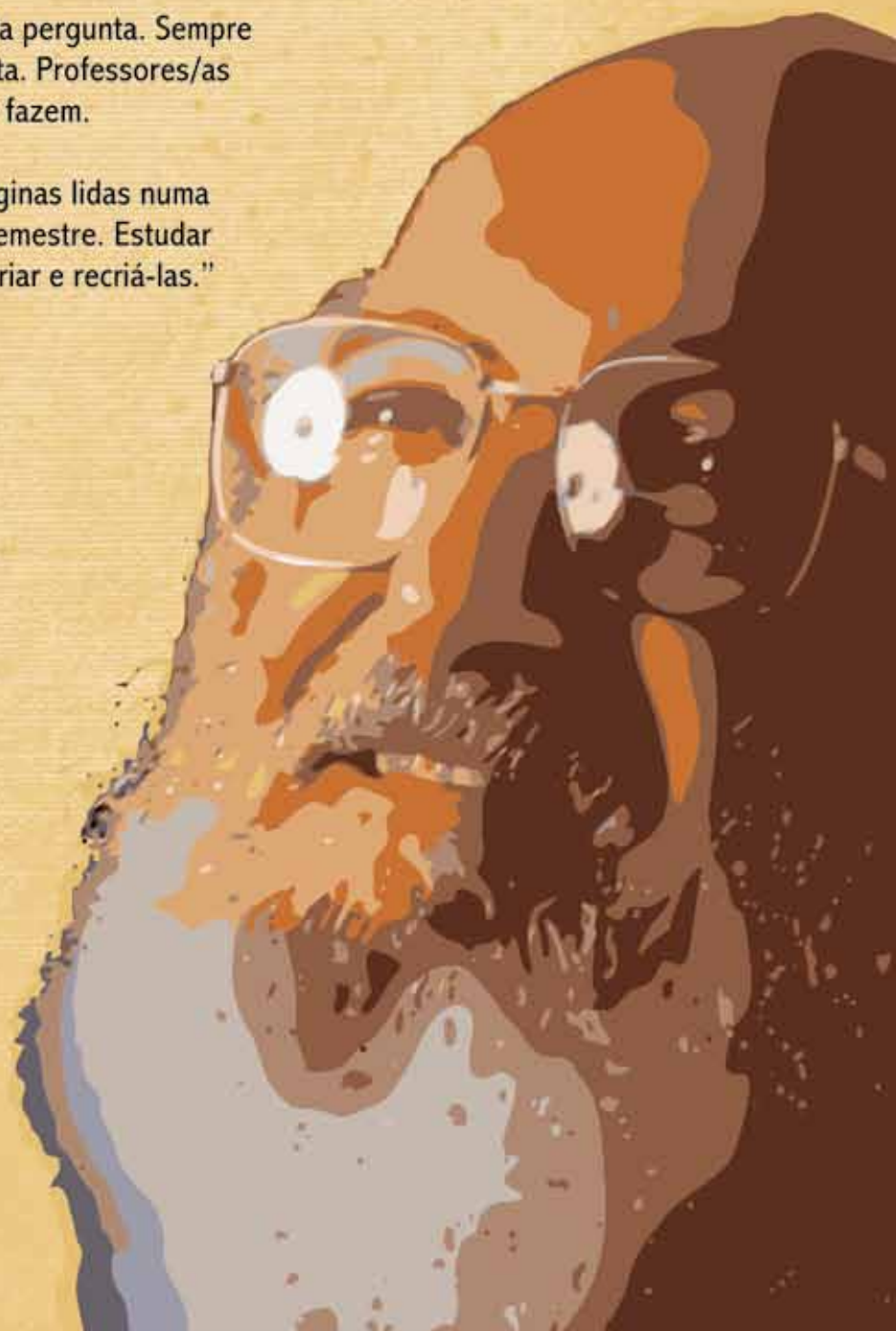
“Nós educadoras e educadores devemos partir da base dos níveis de compreensão de ensino dos educandos/as, da educação do seu meio, da sua observação da realidade, da expressão que as próprias massas têm sua realidade... lá você começa a superação de uma compreensão imprecisa da realidade e ganha uma compreensão cada vez mais exata, mais objetiva da mesma.

O ponto de partida da educação é o contexto cultural, ideológico, político dos educandos/as. Não importa que este contexto esteja fadado a perder: uma tarefa dos educadores e educadoras é fazer isso. Re-fazer o mundo, re-pintar o mundo, re-cantar o mundo, re-dançar o mundo.

É necessário desenvolver uma pedagogia da pergunta. Sempre subtrair ouvindo uma pedagogia da resposta. Professores/as contestam as perguntas que alunos/as não fazem.

O estudo não é medido pelo número de páginas lidas numa noite, pelo número de livros lidos em um semestre. Estudar não é um ato de consumir ideias, mas em criar e recriá-las.”

Paulo Freire





Recid 10 anos, Sementes e Frutos da Educação Popular

Cartas Memória

PROJETO E-DHESCA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - Conectando Redes e Saberes

Convênio: 778677/2012

SDH/PR - CAMP



SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Gilberto Carvalho</i> Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República	
Introdução	9
Cartas	
Brasília-DF, 1º de agosto de 2013.	11
<i>Ministra Maria do Rosário Nunes</i> Secretaria de Direitos Humanos	
São Paulo-SP, 13 de maio de 2013 – Data da abolição da escravidão.	13
<i>Frei Betto</i>	
Eldorado do Sul-RS, 4 de junho de 2013.	15
<i>Eliane Moura</i>	
Brasília-DF, 1º de julho de 2013.	19
<i>Selvino Heck</i>	
Palmas-TO, 23 de junho de 2013.	21
<i>Maria Edileuza Soares Mendes</i>	
São Paulo-SP, 13 de maio de 2013.	25
<i>Moacir Gadotti</i>	
Porto Alegre-RS, 16 de julho de 2013.	29
<i>Mauri Cruz</i>	
São Miguel do Oeste-SC, 31 de maio de 2013.	31
<i>Juarez da Silva</i>	
Porto Velho-RO, 19 de julho de 2013.	33
<i>Raimundinha Pedraça</i>	
Brasil, 31 de julho de 2013.	35
<i>Educadores da Comissão Nacional</i>	
Lages-SC, 30 de julho de 2013.	37
<i>Tomás Poli Sanchoetene</i>	
Teresina-PI, 28 de julho de 2013.	39
<i>Lucas Araújo</i>	
Boa Vista-RR, 3 de agosto de 2013.	41
<i>Maria Lidia Vasconcelos</i>	



APRESENTAÇÃO

Ninguém nasce naturalmente apto para participar de espaços sociais e públicos, da vida política e da construção de políticas públicas. A participação popular e social não é algo natural. É um aprendizado que as pessoas desenvolvem e para o qual é necessário um processo de formação permanente e contínuo, que envolve aquisições no nível cognitivo e de habilidades. Nesse sentido, a participação social pressupõe também, como parte essencial de sua construção, um amplo processo educativo dos cidadãos e dos gestores públicos para que seja, de fato, efetiva e eficaz em seus objetivos de avançar na democratização do Estado brasileiro.

Se considerarmos os processos de mobilidade social alavancados no Brasil nos últimos 10 anos pelas políticas do governo federal, a formação política do povo brasileiro se apresenta como um enorme desafio educativo. Para se ter uma ideia, apenas entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012, como fruto das políticas públicas do governo da Presidenta Dilma Rousseff, mesmo num contexto de crise econômica mundial, o Brasil reduziu em 7,9% o índice de pobreza, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na pesquisa “De volta ao país do futuro”.

Com a evolução do Estado moderno, o exercício do governo inclui cada vez mais tarefas complexas e técnicas, contribuindo para o estabelecimento de uma relação, muitas vezes assimétrica, entre governantes e gestores e governados. Em seu livro “A Cidadania Ativa”¹, a autora Maria Victoria de Mesquita Benevides destaca a “importância da educação política como condição inarredável para a cidadania ativa”. A autora defende que a educação desempenha um importante papel para avançar na superação das contradições do processo da construção da democracia em nosso país.

A Secretaria-Geral da Presidência da República vem avançando na construção da Política Nacional de Participação Social e do Compromisso Nacional pela Participação Social. Entende-se que uma política nacional de participação supõe um processo educativo massivo e que, para tal, é necessário pensar em processos sistemáticos e permanentes de educação para a participação, sendo o Estado e a sociedade igualmente importantes nessa tarefa.

Nessa perspectiva, a Rede de Educação Cidadã (Recid) e o trabalho de seus educadores populares, bem como a articulação com um conjunto de forças sociais, tem um papel fundamental: mobilizar centenas de organizações e movimentos sociais e de educadores populares, estimular a cidadania e a participação social para o fortalecimento da democracia brasileira e a construção de um projeto democrático e popular de Nação.

Parabenizo o trabalho desenvolvido pela Recid que, ao longo destes 10 anos, lançou sementes, e cuidou para que crescessem e gerassem bons frutos. Muitas sementes foram plantadas, muitos frutos foram gerados. O momento é de celebrar e de olhar para os próximos desafios.

Gilberto Carvalho

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

¹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A cidadania ativa – Referendo, plebiscito e iniciativa popular. Editora Ática – SP/SP, 1991.

"O que a memória ama, fica eterno".
Adélia Prado



INTRODUÇÃO

No conjunto de políticas públicas implementadas no âmbito do programa Fome Zero, criado no primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, surgiu e se fortaleceu a Rede de Educação Cidadã (Recid), que envolve centenas de organizações, movimentos sociais e educadores populares no sonho de construir cidadania e participação social para o fortalecimento de um Projeto Popular de Nação. Dez anos se passaram, e continuam gerando vida pelo Brasil.

Esta publicação retoma, na forma de Cartas Pedagógicas - a partir da inspiração de Paulo Freire -, uma história marcada pelo compromisso e envolvimento social na superação da fome e da miséria, pela construção de alternativas para comunidades e grupos em condições de vulnerabilidade social, pelo fortalecimento da organização popular e da participação social em movimentos e organizações sociais e também em espaços institucionais e na relação com as políticas públicas.

Paulo Freire, em seu último livro incompleto, “Pedagogia da Indignação – Cartas Pedagógicas e outros escritos”, pretendia escrever 12 cartas. Faleceu antes disso, em 2 de maio de 1997. Escreveu apenas três, sendo que a primeira fala “do espírito do livro”; a segunda, tratou do “direito e do dever de mudar o mundo”; e a terceira, aborda o “assassinato do Galdino Jesus dos Santos – índio Pataxó”. A intenção das cartas pedagógicas, como diz Freire, é oferecer aos leitores uma visão dinâmica das atividades que estamos desenvolvendo e a reflexão de alguns problemas que eles suscitam.

Nesta publicação, as Cartas Pedagógicas ganham o sentido de memória e buscam recuperar o processo vivido pela Recid, desde o olhar e a percepção que dele tem educadores e militantes sociais a partir de diferentes espaços e relações com esta experiência. Com as Cartas Memória o leitor reviverá o processo vivido pela Recid, conduzido pelo olhar e pela experiência de educadores que integraram a equipe do Talher Nacional, grupo formado para desencadear a mobilização social do Fome Zero, em sua primeira fase, por representantes das entidades e organizações que assumiram, nacionalmente e nos estados, a parceria na gestão do processo; de educadores que integraram e integram a Comissão Nacional, equipe composta por representantes das cinco macrorregiões do Brasil.

A publicação também mostra que a Recid contribuiu para fortalecer a cidadania e a organização de grupo, como o de Catadores de Material Reciclável, entre outros, experiência trazida na carta de Maria Edileuza Soares Mendes, Catadora de Materiais Recicláveis, de Palmas-TO, que nos diz: “Perdemos o medo de expressar, sou capaz de falar tudo com amor, esperança, prevenir onde nós estivermos somos sujeitos, homens, mulheres, crianças”.

A partir da leitura atenta das Cartas Memórias da Recid, o leitor poderá ter ideia de como a experiência de educação popular e mobilização social evoluiu, inicialmente ligada ao programa Fome Zero e, hoje, com a missão de desenvolver um processo de educação popular, tendo em vista o fortalecimento da luta por direitos sociais e humanos na busca por um projeto de Nação, mais democrática e mais humanizada.

Essas cartas também pretendem destacar a visão que os educadores populares que fazem a Recid acontecer nas diferentes regiões do Brasil têm do processo, trazendo para a memória as especificidades de cada região e os desafios próprios de cada realidade e como a Recid se relaciona com estes.

O professor Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire, destaca que a experiência das Cartas Pedagógicas, no âmbito da Recid, parece excelente para a sistematização escrita da prática, expondo realizações feitas, desafios, limites, avanços e aprendizados da experiência. Segundo Gadotti: “o gênero ‘carta’ estabelece um vínculo imediato entre quem escreve e quem lê. Uma carta, ao mesmo tempo em que pode dirigir-se a um público maior, se dirige a cada um em particular. Ela expõe a intimidade e convida a aproximação, à cumplicidade, ao diálogo”.

As Cartas Memória não apenas querem reviver o vivido, percebendo seus limites e conquistas, mas apontar para os novos desafios da Recid e dos educadores que, conectados de diferentes formas, constroem esta Rede, que se trama na cumplicidade, entre educadores, militantes sociais, organizações e movimentos sociais e governo no desejo de uma vida mais cidadã.



Brasília-DF, 1º de agosto de 2013.

Caros educadores populares,

Temos visto, nos dias atuais, um movimento internacional em apoio ao ensino dos Direitos Humanos. Esse movimento pressupõe, em primeiro lugar, o respeito à diversidade, de modo que todos possam receber uma formação que tenha como base a ideia de que todos os seres humanos são detentores de direitos, não importando diferenças de religião, cor da pele, idade ou orientação sexual, entre outras.

No Brasil, um dos principais porta-vozes desse movimento é a Rede de Educação Cidadã, a Recid, que tem um histórico extremamente importante na formação de lideranças e na articulação de redes de educação e promoção de direitos em todo o território nacional. Suas linhas de ação valorizam o compromisso com a diversidade, a democracia participativa, a organização solidária, a soberania dos povos, a emancipação e a transformação de realidades opressivas. Não se trata de uma utopia distante, mas sim de um processo atual, que nos desafia neste início do século 21.

Nesse sentido, é importante destacarmos o papel da educação popular, ela própria fundadora de uma nova concepção de mundo, capaz de respeitar as diversidades locais – que tanto enriquecem nosso país – ao mesmo tempo em que inovam ao unificar nosso povo diante dos enormes desafios que temos, cotidianamente, para transformar realidades opressivas.

Em sua dimensão popular, a educação assume o desafio de interferir de forma positiva na vida das pessoas, seja para a formação de lideranças, seja tão somente para que o indivíduo passe a se reconhecer como sujeito de direitos, melhorando sua capacidade de intervenção individual e coletiva em seu dia a dia.

Atualmente, podemos dizer que a educação brasileira experimentou avanços importantes, como a universalização da educação infantil e a expansão dos ensinos técnico e superior. Vale lembrar, ainda, a importância da educação inclusiva, que ganhou novo impulso com o Viver sem Limite. Além disso, houve a criação de ministérios específicos para discutir as temáticas dos Direitos Humanos, Mulheres e Igualdade Racial, cujas tarefas contribuem sistematicamente para a garantia de uma educação cada vez mais humanista.

Entre os desafios que permanecem, destacamos a qualificação dos cursos existentes e o fortalecimento do trabalho realizado por organizações com a Recid, que em todo o país atuam para a construção de um país mais justo – e isso se faz com a garantia de educação e direitos humanos para todos.

Fraternalmente,

Ministra Maria do Rosário Nunes
Secretaria de Direitos Humanos



São Paulo-SP, 13 de maio de 2013 –
Data da abolição da escravatura.

Companheiros,

A Rede de Educação Cidadã (Recid) faz 10 anos e a festa é minha. Experimento grande alegria por saber que essa semente deu, dá e dará frutos Brasil afora. Ela resistiu à crise (e ao desaparecimento) do Fome Zero, ao desinteresse de figuras do Executivo (que já não fazem parte dele), ao descrédito de muitos que torciam o nariz à nossa proposta, julgando-a ingênua ou demasiadamente utópica.

Eis que vocês venceram todas as dificuldades, todas as pressões negativas, todos os ventos que sopravam em direção contrária e, hoje, a Recid é uma realidade implantada, respeitada e admirada.

A ideia de criar, no governo federal, uma Rede de Educação Cidadã me veio quando o presidente Lula me convocou, em dezembro de 2002, para integrar a Assessoria Especial da Presidência e cuidar, junto com Oded Grajew, da mobilização social do programa Fome Zero.

Esbocei um desenho de como o programa haveria de mobilizar a população brasileira. Nele, uma Rede de Educação Cidadã que, inicialmente, recebeu o nome de Talher (condizente com a nomenclatura do Fome Zero).

Embora lideranças do Executivo não apoiassem a proposta, com exceção do presidente Lula, convoquei companheiros educadores populares que conheci Brasil afora, ao longo dos 20 anos em que atuei diretamente em educação popular, em especial a partir de meu vínculo com o Centro de Educação Popular do Instituto “Sedes Sapientiae” (Cepis), de São Paulo.

A resposta foi altamente positiva, embora o nosso orçamento federal fosse exatamente zero. Graças à solidariedade de amigos entusiasmados com o Fome Zero, consegui algum recurso que permitiu organizar a equipe inicial da Recid, instalada em Brasília no Centro Cultural do Banco do Brasil. Tínhamos que suplicar o pedido de cada computador, cada bilhete aéreo, para que a equipe pudesse trabalhar e se deslocar pelo Brasil.

O fato é que vencemos! Centenas de educadores populares abraçaram voluntariamente a proposta de não saciar apenas a fome de pão do nosso povo, mas também

a de beleza – sentido de vida, consciência crítica, protagonismo político, participação em movimentos sociais, cidadania e atuação militante.

O método Paulo Freire nos serviu de base e conteúdo. Em todo o país, se multiplicaram os encontros da Recid com populações de baixa renda.

Os primeiros recursos federais à Recid foram aprovados no fim de 2004, quando eu deixava o governo. Nem a morte do Fome Zero, decretada pelo próprio governo que criou aquele programa de caráter emancipatório, nem o advento do Bolsa Família, de caráter compensatório, lograram inibir a Recid. Ao contrário, ela se fez mais útil e necessária para suprir aquilo que o Fome Zero não pôde implementar.

Vocês venceram! E muito me alegra saber que, pela primeira vez na história do Brasil, um governo federal mantém uma rede de educação popular que contribui para que parcela considerável de nossa população afetada pela pobreza passe da condição de passividade ao protagonismo, da sujeição à militância, da consciência ingênua à crítica, ajudando a construir um país emancipado, sustentável e soberano, onde as desigualdades sociais sejam progressivamente reduzidas e os direitos humanos universalizados.

Meu caloroso e fraterno abraço,

Frei Betto



Eldorado do Sul-RS, 4 de junho de 2013.

Caros companheiros,

(sendo que companheiros são aqueles com quem dividimos o pão)

Quero singelamente compartilhar com a Recid ou rememorar e, portanto, sistematizar, como cheguei até ela, como compartilhei os primeiros quatro anos desta caminhada, desde o sul do Brasil e em meio a militante, mulher, trabalhadora, gesta e pare seus filhos literalmente. Quero também refletir os desafios da educação popular nesta conjuntura e os embates e disputas dos próximos anos.

Deveríamos estar em meados de fevereiro de 2003. Eu estava com um projeto embaixo do braço passando por Brasília para apresentá-lo ao Frei Betto e, depois, seguindo para Juiz de Fora para a última etapa da primeira turma no Brasil de Estudos da Realidade Brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros. O projeto que eu carregava havia sido tecido a várias mãos e partia da síntese da análise de conjuntura daquela pós-eleição. Mudança e esperança, estas duas palavras traziam força, mesmo que as alianças de centro esquerda não fossem as mais alentadoras. Lula, na sequência, trata do seu primeiro e principal compromisso, nenhum brasileiro passará fome, todos teriam no mínimo um prato de comida. Nascia o Fome Zero.

O Fome Zero foi pensado como um conjunto de militantes do campo e da cidade realizando um trabalho de base multiplicador, em especial nas periferias, com ideias organizadas na forma de um projeto vislumbrado nas 10 maiores regiões metropolitanas, com um pequeno exército de mil jovens liberados para organizar e trabalhar com pessoas em situação de pobreza e de fome. Quando terminei de explicar a proposta ao Frei Betto e sua pequena equipe recém-formada e realizando naquele dia sua primeira reunião, ele sem delongas disse: “Essa era a pessoa que faltava nesta equipe, além disso é jovem e mulher”.

A equipe, é claro, tinha os traços clássicos da teologia da libertação. Estava sendo formada por quadros históricos com longas trajetórias de trabalho popular, como a Marlene das CEBs de Goiânia, o Ivo da CPT e Cáritas nacional, o Selvino do CAMP, o Ranulfo do Cepis, o Rogério do MST, eu e a Eliane, aprendiz de educadora popular, de feminista, de dirigente política, filha de camponeses do interior do Rio Grande do Sul e acampada no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

Assim, começamos uma jornada onde a tarefa era colar no Fome Zero os princípios da educação popular, ou seja, tínhamos que fazer com que em um programa de governo as pessoas diretamente envolvidas se apossassem da palavra, dos saberes daquela ferramenta e, tomando-as para si, fosse muito mais do que beneficiária ou usuária. Fosse também, e sobretudo, protagonista, agente do processo, parte viva e dinâmica nos rumos do programa e na construção de seus significados e seu destino.

Ali me compreendi brasileira. Andar pelos sertões do Piauí, em busca de Guaribas e Acauã, as cidades mais pobres do Brasil naquele ano, foram experiências profundamente sérias. Vi-me dizendo: “Eu sou do Rio Grande do Sul, não sou branca, não tenho olhos azuis, não sou rica, não planto soja e lá não faz frio o ano todo”. Assim quebrava os gelos iniciais. Ao dizer o que não era, queria dizer que éramos parte do mesmo povo, explorado, espoliado por séculos. Mas havia outros gelos nada menores como desconhecer o universo do outro, compreender o que o outro fala desde o seu lugar e com este outro compreender a minha própria fala, ou seja, as visões de mundo situadas em termos históricos, em termos de classe social, em termos de culturas regionais, em termos de geografia, clima, hábitos, tons, sotaques...

Estes elementos foram compondo 2003 e tecendo com clareza que estudar o Brasil, rever os conceitos da Educação Popular e retomar a mística das lutas populares eram questões centrais. No entanto, para que as condições materiais viessem a existir, teríamos de buscar recursos públicos e, dentro das regras oficiais, compor uma equação em que fosse possível termos pessoas com recursos financeiros. Era evidente que seis pessoas andando pelo país mal anunciavam algo.

O exercício de construir essa equação foi uma das tarefas mais penosas que me lembro de ter passado, mas hoje a vejo como uma escola, o exercício de pensar e criar critérios para dividir dinheiro para fazer um trabalho popular. Isso em uma conjuntura em que o trabalho de base estava e ainda está em baixa. Mas disso e nisso foi sendo gestada a Rede de Educação Popular, que foi chamada de cidadã porque o termo ‘popular’ era pesado para ouvidos delicados.

Culturalmente, a palavra ‘popular’ no Brasil está associada a algo de segunda categoria. Casa, carro, roupa, comércio popular, tudo isso quer dizer coisa de “segunda”, de baixa qualidade, destinada ao povo. As elites locais nunca admitiram a ideia de integrar o povo aos rumos do país. O povo foi tratado como inimigo desde a libertação dos escravos, iniciada em 1850 com a Lei de Terras que privatizou o acesso à terra e começou a libertar os homens. Esses em doses homeopáticas, pelo ventre livre, depois os mais velhos e quase 40 anos depois, em 1899, todos livres com uma mão na frente e a outra atrás. As elites discutindo o merecimento de uma indenização por terem perdido suas “coisas” e o Império as atendendo.

Então a palavra ‘popular’ lembra quem é quem, lembra que ela diz quem está em qual lugar nessa sociedade brutalmente desigual. Mas também nos lembra de elementos clássicos da luta de classes, das correlações de força. A palavra ‘popular’ não tinha força política suficiente para se colocar em seu posto. Cabia a palavra ‘cidadania’, que também tem sua força e sistematiza parte importante da agenda, das pautas, das reivindicações do povo que vive do trabalho, da classe trabalhadora.

Em meio a esse turbilhão, há dias longe do campo, não preferido da minha vida, nos encontramos na casa do Cimi em Luziânia e ali, com saudades longas, calmamente produzimos as condições para a formação do Estêvão. Como aprendiz de bruxa também soube que havíamos de acolher esse ser e com ele reaprender a organizar os tempos e os movimentos. Em março de 2014 ele fará 10 anos, tem a idade da Recid.

Com ele nasceu uma capacidade intensa de ter paciência com o ser humano; com ele o exercício diário de provar então na prática aquilo que temos facilidade em dizer para os outros fazerem, tipo amamentar seis meses somente com leite materno, mas a licença-maternidade naquela época era ainda de quatro meses. E as militantes são valentes, são corajosas, enfrentam com suas crias as longas reuniões, encontros, horas de transportes, horas de espera, sempre com suas mamas cheias de leite e nutrientes.

Tudo isso é bem mais pesado, cruel e duro. Nos impomos uma lógica extenuante e não foram poucos os choros do Estêvão e da mãe do Estêvão sem saber mais o que fazer, sem leite, pois leite também é descanso, também é dormir e se refazer, sem o remédio da febre, sem um casaco mais grosso, pois em Curitiba, mesmo no verão, pode ser muito frio. Mas a maternidade em ciclos de intenso trabalho, como o que vivemos na sociedade capitalista moderna, vem travestida de alienação, desconhecimentos, além de um falso moralismo e de um tipo

de cobrança sobre o papel das mulheres, quase sempre idealizadas, onde essa figura sempre está feliz com seu rebento.

Viver então esse espaço de trabalho em um ambiente nacional com um filho no colo me fez ser sim mãe, porém assumindo e refletindo as contradições dessa tarefa. Ainda hoje creio que devo sistematizar melhor esse pedaço da vida, a libertação das culpas que não devemos carregar, mas as carregamos por um peso externo que se combina com relógios de controle moral internos, instalados a gerações passadas e que operam moralmente na elaboração de sentimentos que racionalmente sabemos serem injustos.

Mas lá vamos nós em frente, porque a conjuntura não é simples e nem se coloca de modo claro à frente das forças populares. Lula e Dilma franqueiam um projeto de desenvolvimento nacional com base em uma aliança de forças de centro esquerda. Um projeto capitalista, baseado em grandes investimentos estatais, onde o Estado tem um papel importante na indução de um tipo de crescimento econômico.

Porém, esse crescimento econômico no Brasil ainda tem peso importante, pois trata-se de produzir um conjunto de mercadorias que ainda se fazem necessárias como meios de acesso a um mínimo civilizatório. Ainda tratamos de bens elementares de uma vida urbana moderna, como geladeiras, máquinas de lavar, além de eletroeletrônicos que compõem também as condições básicas de passaporte social, em especial dos setores da população juvenil.

Essa produção, esse mercado, esse envolvimento das massas populares em um tipo de cidadania baseado no consumo de bens materiais e simbólicos produzidos em sociedade está ancorado sob uma correlação de forças. Nela, as elites, clássicas, conservadoras, inimigas do povo, as mesmas que pediram indenização no final da escravidão por terem perdido suas “coisas”, seguem atuando vivamente usando em especial seu grande partido político, que são os meios de comunicação de massas.

Esses atuam diariamente para distrair o povo com as mais variadas sortes de desgraças, de mentiras que viram verdades, de glamurizações de malvados, de coisas vazias, alimentando um ambiente em que a política sórdida arrasta-se em uma lama incurável e que quem é honesto fica longe disso.

Esse cenário que alimenta a despolitização alimenta um tipo de xenofobia contra qualquer coisa que se movimente em favor das políticas públicas sociais, tratando-as com desprezo, como se fossem gastos jogados

fora. As acusações de que o Estado permite a inflação e a não explicação deliberada do que significam os juros cria uma grande confusão de compreensões do que, no fundo, é o contexto da luta de classes.

Esse desafio tanto para a Recid quanto para o projeto popular de modo geral recoloca para os próximos anos tarefas que são clássicas e fundamentais a qualquer país que queira reunir forças para construir um projeto popular e democrático. As tarefas clássicas são organização e formação política com o povo que vive do seu trabalho, ou seja, a classe trabalhadora.

Essa tarefa requer uma engenharia mais audaz das forças populares no sentido de massificar instrumentos de acesso com metodologias coerentes para fortalecer os debates dos grandes temas nacionais com seus desdobramentos regionais. Não haverá projeto democrático e popular com força sem que o povo o assuma, e somente o assumirá quando se reconhecer nele. O reconhecimento somente é possível se as pessoas se sentirem parte, protagonizando desde a construção até sua defesa nas esferas que este exigir.

Para que tenhamos condições de operar essa construção, teremos que efetivamente pautar o tema do projeto e como ele será gestado. Aqui não se trata de elencar uma lista de itens objetivos, materiais simplesmente. Trata-se de construir um “pacto de classe”, uma classe trabalhadora que precisa se reconhecer desde os níveis mais baixos da pirâmide social - desde o catador, o trabalhador informal, o desempregado, o quarteirizado, o metalúrgico, o professor. A classe trabalhadora é um corpo sem cabeça, tem braços enormes, carrega nas costas largas toda a produção, os serviços, mas não pensa como classe; no máximo pensa-se como categoria.

Como categoria, não iremos até a esquina. As elites nos destroçam como, aliás, é sua especialidade. Aprendermos a pensar como classe nos exige generosidade, alteridade, humanidade, elementos estes destruídos pela reestruturação produtiva, porém vivos em todos nós. Como mulheres dirigentes também temos a tarefa de assumir descaradamente que as emoções humanas compõem nossas capacidades, nossa inteligência. Sem ela a razão pura e simples é dura, tosca e para a luta política serve para esfriar, acostumar, legitimar as injustiças.

Não há projeto democrático e popular sem que haja sangue quente correndo nas veias, disputando as ideias, os projetos, os destinos, o presente e o futuro. Não há como ter esse vigor isoladamente; esse vigor somente é possível se estivermos juntos. Não há outra fonte de mística senão a coletividade. Por isso a dispersão, o isolamento e, por fim, a doença, a depressão e a medicalização como única alternativa para o vazio de humanidade.

É nessa chave que estamos perdendo a guerra e é nela que temos que buscar juntos respostas. Insisto, nós já temos plataformas justas de reivindicações elaboradas, não se trata de fazermos mais uma, agregando detalhes de divisões daquilo que todos produzimos e poucos se apropriam. O dilema é como o povo brasileiro conseguirá acionar os comandos do seu acesso à história do Brasil querendo pegar as rédeas sem transferi-las às elites.

Eliane Moura

Diretora do Departamento do Trabalho
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
Governo do Rio Grande do Sul
Membro da equipe do Talher Nacional,
de 2003 a 2006



Brasília-DF, 1º de julho de 2013.

Caros leitores,

Primeiro semestre de 2003, início do governo Lula. Eu e Eliane de Souza Martins, da equipe do Talher nacional, junto com um grupo de sete educadores populares – Marlene Ossami Moura, Ivo Poletto, Flávio Lyra de Andrade, Ranulfo Peloso, e Rogério Pinto – convidados por Frei Betto para fazer a mobilização social e os processos formativos das famílias beneficiadas pelas políticas do Fome Zero, fizemos nossa primeira grande viagem pelo Brasil. Fomos ao Piauí, conversamos com educadores populares e lideranças sociais de movimentos sociais, pastores, ONGs, viajamos por várias cidades do interior, como Acauã, uma das cidades-chaves escolhidas para implantação do programa, junto com Guaribas.

Ouvimos histórias, conhecemos os problemas, sentimos as dores do povo pobre e trabalhador, vimos a esperança de sair da fome, da miséria, da pobreza, de querer ser gente, cidadão, ter autoestima de povo e de comunidade que o governo Lula representava.

Primeiro semestre de 2004, viagem a Floriano, Piauí, reunião com cerca de 100 moradores no salão de um bairro pobre do município, distante uns 300 quilômetros da capital Teresina. Escrevi artigo com o título ‘Eu quero é trabalhar’: “Fui convidado para explicar o Fome Zero do governo Lula e as políticas em andamento. Quase no final, mais de uma hora depois, uma senhora de seus 50 anos se levanta e pede a palavra: ‘Gostei muito de suas palavras, acho certo o que o presidente Lula está fazendo, mas quero lhe dizer uma coisa que quero que o senhor leve para o presidente. Eu não quero esmola. Eu quero é trabalhar. Eu sei cozinhar, sei lavar e passar roupa, sei cuidar de uma casa. Se qualquer um aqui de Floriano quiser me dar um emprego com salário no final do mês, eu vou escolher é trabalhar e ganhar o pão com o suor do meu rosto. Nós aqui da comunidade não queremos depender toda vida de uma ajuda do governo’.”

A partir dessa e de tantas outras viagens da equipe do Talher, surgiu a Rede de Educação Cidadã, a Recid. Frei Betto escreveu em ‘Vamos lá fazer o que será’, sistematização feita pela Recid dos seus primeiros quatro anos de vida e história: “Meu propósito era introduzir no Fome Zero, que se empenha em saciar a fome de pão, uma ferramenta capaz de aplacar também, na medida do possível, a

fome de beleza. E, do ponto de vista social e político, fazer com que seus beneficiários, o contingente de menor renda do Brasil, passassem do individualismo à cidadania, de alvos de políticas públicas a sujeitos, atores sociais capazes de não apenas produzir a própria renda, mas também um novo modelo de sociedade: um outro mundo possível.”

As políticas e programas do Fome Zero – Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), reformulação e ampliação do Pronaf e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Economia Solidária – produziram avanços, resultados e melhorias de vida para o povo brasileiro mais pobre. Ao mesmo tempo, levaram a Recid a elaborar um Plano Político Pedagógico (PPP), inspirado nos princípios, diretrizes e pedagogia de Paulo Freire, a aprofundar o acompanhamento das políticas públicas e ampliar os processos de formação da cidadania, do protagonismo dos sujeitos de direitos e apoio aos processos emancipatórios.

Junho de 2013, dez anos da Recid. A Carta Circular nº 05/2013 enviada à Rede, organizada em todo o Brasil tinha como assunto “As manifestações dos últimos dias e o papel da Recid nesse processo”. Em nome do coletivo nacional, formado por 12 educadores populares representando a sociedade, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), entidade âncora que garante os recursos via convênio – e cinco membros no governo Dilma Rousseff – Vera Lúcia Lourido Barreto, Iracema Ferreira de Moura, Willian Bonfim, Marcel Farah e eu –, o documento dizia: “A Recid é uma ferramenta a serviço das bandeiras populares e, como tal, deve potencializar os espaços de debate entre governo e sociedade em suas atividades. A Recid tem um papel histórico na construção do protagonismo popular. Por isso, devemos fortalecer ainda mais nosso trabalho de base, buscando a conexão das pautas presentes com o pano de fundo, com a supremacia do mercado sobre a cidadania, do econômico sobre a política, do capital sobre o trabalho. Sugerimos que as atividades desenvolvidas nos próximos dias abordem questões como: O que as manifestações estão dizendo? Quais os limites do governo em relação às pautas? O que devemos fazer? Além de debater estas questões, é preciso fortalecer os espaços de organização do campo popular, permitindo a realização de ações unitárias na luta por direitos e igualdade. Continuemos

nossos trabalhos, agora mais animados que antes. Afinal, tudo isso é só o começo. O que teremos pela frente depende do que conseguirmos construir.”

Escrevi em ‘Políticas de emprego e inclusão social: o pão, a palavra e o projeto – políticas redistributivas de renda orientadas ao desenvolvimento local’: “O ser humano não vive sem pão. A palavra carrega e divulga a mensagem e os valores. O pão sem a palavra não tem sentido, é vazio. A palavra sem pão é estéril. O pão e a palavra exigem um projeto. Um projeto sem pão e sem palavra é desencarnado. A garantia do pão é o primeiro passo, mas não é um ato isolado nem cronologicamente precisa ser dado antes do anúncio da palavra e da formulação do projeto. O pão, a palavra e o projeto caminham de forma articulada, ao mesmo tempo interdependentes e autônomos. O pão, a palavra e o projeto significam um projeto de sociedade e um projeto de desenvolvimento. Quando se garante o pão, garante-se a partilha entre todos, tal como Moisés com o maná que caiu para o povo. A palavra proclama a cidadania – leis, regras, práticas e valores de solidariedade e justiça e denuncia a injustiça no acesso aos direitos e a desigualdade na distribuição dos bens, da riqueza e do poder. O projeto sinaliza o futuro, a esperança, a utopia. Ninguém vive sem utopia. Hoje as utopias estão esgarçadas ou se prendem a conseguir o pão, que acaba na mão de poucos. O projeto se apresenta como projeto de sociedade a ser buscado e construído e como projeto de desenvolvimento a ser implementado.”

O sentido da Rede de Educação tem sido esse, a garantia do pão, o anúncio da palavra e a construção do projeto: “Trabalhar na formação de educadores multiplicadores e de lideranças de base com a intenção de desenvolver uma prática educativa na produção de conhecimentos que sejam instrumentos com poder para influenciar, decidir, questionar e propor a transformação das estruturas que geram a desigualdade, a exclusão e a fome” (Texto do folder da Recid, Talher Nacional, Programa de formação de educadores populares e nucleação de famílias, 2005).

A experiência dos processos de formação na base popular, a articulação dos processos formativos existentes no governo federal, trouxeram a pergunta: por que não pensar a educação popular como política pública? A proposta consolidou-se a partir da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010, e do início do governo Dilma: construção de uma política nacional de educação popular, uma das prioridades da Secretaria-Geral da Presidência da República.

“Matar a fome de pão, saciar a sede de beleza”, dizia Frei Betto. Dez anos se passaram e ainda é preciso continuar a lutar contra a falta de pão e a miséria, sabendo de

consideráveis avanços. Dez anos se passaram e os jovens gritam nas ruas por transporte público gratuito e acessível a todos, educação de qualidade, saúde universal, reforma do Estado e da política. A palavra tem muito sentido e é preciso realizar a utopia.

Dez anos andando pelo Brasil, ouvindo, aprendendo, construindo junto. Dez anos na organização do povo, de baixo para cima, fortalecendo o poder popular. Dez anos com milhares de oficinas de formação de base, centenas de encontros locais, regionais, macrorregionais, nacionais. Mil histórias, amores vividos, amores encontrados, lições de vida e coragem. Conheci/conhecemos o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Reconheci/reconhecemos os rostos do povo brasileiro, suas vivências, suas histórias, suas experiências, nas periferias das grandes cidades, no interior, na caatinga, nos igarapés, no pampa, em oficinas de formação de base em escolas, centros de formação, igrejas, debaixo de árvores, um povo – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, catadoras, grupos de economia solidária, jovens, mulheres, acampados e assentados, agricultores familiares, quebradeiras de coco, empregadas domésticas – alegre e cheio de esperança, sempre na luta, sempre solidário, sempre esperando e construindo o futuro de um país melhor, de um país justo, de uma Nação soberana que não pede licença a ninguém, onde o povo é dono do seu nariz, sabe o que quer, tem autoestima e faz história.

A Rede de Educação Cidadã faz parte desta história, está comprometida com a esperança de um Brasil democrático, popular, um Brasil de todos os brasileiros.

Selvino Heck

Assessor da Secretaria-Geral da
Presidência da República
Responsável pelo Departamento de Educação
Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG

Palmas-TO, 23 de junho de 2013.

Companheiros,

Eu, Edileuza, catadora de materiais recicláveis, comecei a trabalhar na catação de matérias recicláveis em 2003. Começando assim, certo dia passei numa rua que tinha uma placa dizendo: “compra-se matérias recicláveis”. Eu não tinha comida em casa, só tinha conta de luz e água para pagar. Portanto, falei com dona do estabelecimento, que se chama Cida, e perguntei quanto custava um quilo de material. Exemplo: garrafa pet, 5 centavos; papelão, 3 centavos; e o ferro, 2 centavos.

Naquele momento eu vivia muito doente e preocupada porque não conseguia serviço, nem como doméstica, para trabalhar e manter o sustento dos meus três filhos Miguel, Antônio e Weliton. Eu me consultava e o médico passava remédio controlado pra mim. Quando eu cheguei na farmácia, falei com o farmacêutico e ele falou: “Você vai tomar esse remédio? É pra louco”. E eu falei: “Não estou doida”. Eu chorava muito e não tinha nem uma amiga para conversar e não frequentava nem uma igreja, porque me achava sozinha. Comecei a trabalhar catando matérias recicláveis num saco de sarapilha e não dava um sorriso pra ninguém, principalmente para aquelas pessoas que me viam catando material nas ruas. Eu era muito tímida.

Certo dia, em agosto de 2003, estava andando na rua com o carrinho e encontrei com meu amigo Ariovaldo. Ele ficou muito assustado, me parou e disse: “Você está catando materiais porque?”. “Não tenho outro trabalho”, eu disse. Ele falou: “Se eu conseguir um trabalho, você quer?”. “Sim”, eu falei, “quero sim”. E ele conseguiu um trabalho em uma escola municipal, em Palmas.

Depois de alguns dias – na Caixa Econômica tinha um Fórum Lixo Cidadania Criança – no Lixo Nunca Mais, tinha um moço que participava das reuniões do fórum. Como eu já trabalhava na catação, fui escolhida para participar deste evento, que falava da importância do meio ambiente, terra, rios e córregos. Neste evento passamos 13 dias inteiros ouvindo palestras sobre cooperativismo, esporte, cultura. Quando voltamos, decidi trabalhar em definitivo com a reciclagem. Juntaram o CDHP, Casa 8 de março, Cáritas Brasileira, MNCR, o Talher Nacional (Rede de Educação Cidadã), e Serva do Espírito Santo, e fizeram uma reunião e visita na Cooperan, uma cooperativa de catadores. Só que era muito longe, 18 quilômetros de dis-

tância de onde eu moro, no Santa Bárbara. Pela manhã, na nossa vinda, a Rut falou: “Vamos montar uma aqui na região norte”. Daí surgiu a oportunidade de montar a Associação de Catadores/Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de Palmas (Ascanpa), com o apoio do Talher Nacional (Rede de Educação Cidadã), na pessoa da Fátima Dourados, que na época era educadora popular da Recid. E foi assim que demos início à fundação da Ascanpa. Posteriormente selecionaram duas pessoas para participar de um curso de formação em Formosa, Goiás, pela Caritá Brasileira, num evento de catadores realizado nos dias 9 e 10 de dezembro de 2004. Em janeiro de 2005, tinha um grande Fórum Social Mundial de catadores latino-americanos em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul.

Foi formada uma caravana com vários movimentos, como a Casa 8 de Março, CDHP, universitários, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e nós, catadores. O Talher Nacional e a Cáritas Brasileira mobilizaram os catadores e os moradores de rua do Brasil. Quando cheguei lá e vi os materiais que eu catava confeccionando bolsa de garrafa pet e outros artesanatos, como bolsa do lacre de latinha, pano de prato feito e bico de crochê. Isso abriu minha mente e deu pra entender como se dava o início de um processo tão difícil, que era transformar a consciência das pessoas e entender que esse trabalho era tão gratificante e eu não estava dando muito valor.

Nesse evento tive muitas palestras e todas aconteciam debaixo de muitas tendas no ginásio não lembro o nome, mas eu fiquei tão maravilhada de ver tanta gente na marcha dos catadores de todos os povos do Brasil e do mundo. Lá no palco uma frase me chamou atenção: Um Brasil melhor é possível. Dizia assim: “vamos acabar com a fome, com a miséria, mais educação, mais saúde, mais moradia, mais alimentos na mesa das famílias brasileiras, um país sem guerra”.

Eu, Edileuza, catadora de materiais recicláveis, fiquei ouvindo todas as reivindicações sobre economia solidária, segurança alimentar, segurança para os nossos jovens, cuidados com o planeta, com a natureza mãe terra e com o meio ambiente. Eu ficava na dúvida e confusa porque os seres humanos só querem ser beneficiados e não querem fazer sua parte como deveriam, não desmatar, não fazer queimadas, fazer separação do lixo reciclável,

que é matéria-prima e protege o nosso bioma Cerrado, águas doces e vidas.

Lutei muito por um novo contrato em 2005 na escola, mas não consegui por causa da mudança de prefeito. Nervosa e com muita preocupação de como seria o dia de amanhã, desisti e fui a procura de outra forma de trabalho. Saí nas quadras em busca de serviço todos os dias, faxina ou passar roupa. Enchi a semana de tarefas, daí já tinha um grupo de pessoas procurando os catadores de materiais recicláveis.

Mas eu já catava materiais e pensei: “Olha, já tenho minha profissão na catação. Eu não vou ficar me humilhando para esses políticos”. Um real que eu conseguisse por dia era melhor do que ficar adulando.

E comecei a trabalhar na catação depois com muitas dificuldades. Com a ajuda da Recid criamos a Ascanpa e fomos armazenar os materiais nas nossas casas. Depois, recebemos uma visita da Rut e do Suzano, de Brasília. Eles vieram conhecer o nosso trabalho e nossas casas para entender como era o jeito do trabalho. Até aí a gente catava e levava para dentro dos nossos quintais, separava e ia vender para o atravessador garrafas pet, papel branco, ferro, latinha, papelão e cobre. Tudo junto, não tenho conhecimento do que valia.

Resolveram fazer um seminário de resíduos sólidos, no dia 6 de agosto de 2005. A Rut e o Suzano vieram pra nos apoiar e dar força. Eu fiquei na responsabilidade de convidar os catadores para ir ao seminário no colégio estadual de Palmas. Até aí eu não entendia o que eram parcerias. Já estavam juntos vários parceiros, como MNCR, Cáritas e Talher Nacional (Recid).

No seminário foram escolhidas quatro lideranças para representar o MNCR/TO, dois homens e duas mulheres. Depois a gente entendeu de que forma voltaria, não tinha dinheiro, nem de onde tirar.

Até hoje faço o trabalho como voluntária. Pra mim é muito difícil porque minhas contas não são voluntárias. Eu falei que não podia ficar mais. Fátima Dourado e a irmã Claudete falaram que precisavam de alguém para puxar o grupo, o meu pai morava comigo e eu falei pra ele que ia sair do grupo. Ele falou que era para eu continuar e me deu um exemplo: “quando a gente vê um jabuti trepado no pau é porque alguém colocou ele lá”. Comecei a participar das reuniões do Talher (Recid). Eu não falava nada, ficava com problema emocional por estar muito tempo sentada, ouvindo as palestras, os estudos. Depois passei a entender a minha área de trabalho no meio ambiente, onde eu me identifico muito como defensora da natureza.

Em outubro de 2005, aconteceu a 4ª Semana Jubileu Assembleia Popular. Tinha oito mil pessoas, de todos os movimentos populares, catadores, índios, negros, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, marisqueiros, quebradeiras de coco, homens, mulheres e crianças moradores de rua e das igrejas, jovens, idosos e outros movimentos e as assessorias técnicas do Talher Nacional.

Com a assessoria da Recid fizemos um projeto e levamos para a prefeitura. Em 2007, recebemos uma prensa e os carrinhos para os catadores fazerem a catação nas ruas. Dividimos entre os dois empreendimentos, ficando 30 pra Ascanpa e 20 para a Cooperan. Na época, não tinha lugar para trabalhar, lutamos muito para conseguir um local para alugar, pedimos dinheiro aos sócios, uns deram, outros não. A prensa passou nove meses na Secretaria do Meio Ambiente, porque o poder público municipal e estadual não queria entregar pra nós catadores. Então, como presidente da Ascanpa e representante do MNCR/TO e da Recid/TO, Instituto dos Direitos Humanos e Meio Ambiente, Comunidade Kolping, eu disse que era para colocar a prensa nem que fosse debaixo do pé de pequi.

A gente ia ver como seria na prática real o nosso trabalho. A gente tem aprendido muito e continua aprendendo mais como voluntários da Recid. Custei a entender como funcionava a educação popular, foram dois anos de formação, eu era muito negativa e autoritária. Reclamava muito que o país não tinha mais jeito, que tinha muita fome, que as pessoas viviam sem fé, e não acreditavam mais em nada. Eu e o coletivo, de 2005 a 2013, temos aprendido a confiar, a entender que educação exige união, simplicidade, humildade, paciência, persistência, coragem e muita fé no que queremos e também exige boas práticas, e dizer não às drogas, não à violência, não à corrupção, não à violência policial.

Em 2006, 700 catadores e lideranças dos estados brasileiros foram reivindicar recursos junto ao presidente Lula, mais postos de trabalhos e formação para os catadores do Brasil. Em 2010, saiu o edital pra o projeto Cataforte I no estado do Tocantins e no Brasil. Eu e o coletivo de catadores continuamos a participar das reuniões e oficinas da Recid. A nossa associação de catadores foi fundada no dia 25 de setembro de 2005. Éramos muita gente, as pessoas achavam que se constituíssemos uma associação só íamos receber dinheiro como a Bolsa Família. Depois viram que tinha de participar das reuniões do grupo e eventos direcionados, como seminários e oficinas.

E os educadores sempre caminhando com a gente. Muitos desistiram. De 100 pessoas restaram 50 catadores. Dentro do coletivo da Recid passamos a nos reunir, estudar, falar das nossas demandas. Dentro das oficinas

da Recid, muitos falavam que não tiveram oportunidades de estudar, era muito difícil, ajudavam os pais, depois casaram e tiveram muitos filhos, não conseguiam trabalho por causa da idade e também não sabiam ler e escrever. Passamos a valorizar o momento em que estávamos juntos com os educadores da Recid. É muito agradável, tem lanche, almoço, palestra, roda de conversas e muita formação para grupos sobre trabalho e cultura. Tinha muitas crianças, filhos fora da escola. Hoje todos estão estudando, trabalhando. A gente tinha medo de falar, mas agora falamos até demais e, principalmente, quando as pessoas falam que somos catadores de lixo ou lixeiro, que dói na alma. Somos profissionais e a natureza agradece. Aqui, foram formados em Tocantins 205 catadores dentro do projeto Cataforte, isso fruto da Recid.

Tudo isso é sabedoria e um processo dentro da educação popular, através das oficinas da Recid que nos ajudaram muito. Nós catadores conseguimos um terreno de dois mil metros quadrados e depois conseguimos recurso para construção do muro com a prefeitura. Também dentro do Cataforte, foi elaborado um projeto para a Funasa para a compra de equipamento e caminhão; conseguimos uma tenda de 12 x 12 com a Coca-Cola. Temos para este ano, junto com o Banco do Brasil, um projeto via Coep para a construção da sede administrativa.

Perdemos o medo de nos expressar, sou capaz de falar tudo com amor, esperança. Onde nós estivermos somos sujeitos, homens, mulheres, crianças. Ninguém vive sem esses elementos: terra, ar, água, fogo, alimento, fé... Queremos destruir ou prevenir?

Eu, Edileuza, durante esses 10 anos de Recid, passei a compreender, a ouvir as pessoas do jeito que elas são e digo a elas: "Vocês têm sonho, sigam e não desistam nunca. Vocês são capazes, então nós catadores encontramos muito apoio e passamos a acreditar que nós somos capazes de conseguir os objetivos do bem, da autoestima e do trabalho.

Maria Edileuza Soares Mendes
Catadora de Materiais Recicláveis



São Paulo-SP, 13 de maio de 2013.

Caros amigos educadores da Recid,

Inicialmente quero lhes enviar um abraço e dizer que estou com saudades de nossos encontros.

Escrevo para celebrar com vocês. A utopia de viver em um mundo “menos malvado” nos aproximou. Compartilhamos encontros, reflexões, ações, emoções, conflitos, diálogos, sonhos. Lutamos juntos. Importantes conquistas foram e continuam sendo alcançadas. É preciso celebrar. Palavra que vem do latim *celebrare* e que significa “honrar, fazer solenidade”, de *celeber*, “o que é várias vezes repetido”, por isso notado, percebido, conhecido. Por meio da celebração, fortalecemos laços, compromissos; trazemos à tona a história vivida, lembramos nossos feitos, damos visibilidade à alegria da caminhada construída, mostramos que fomos capazes de construir o sonho; trazemos para o presente o que conseguimos fazer no passado e isso nos dá força para acreditar no futuro e continuar tendo esperança.

Em 2013, há importantes razões para celebrarmos. Neste ano, faz 50 anos a experiência educacional que marcou a vida de um grande educador brasileiro, e que se tornou um marco da educação mundial. Trata-se da experiência de alfabetização de adultos de Paulo Freire em Angicos (RN), em 1963. Angicos não é apenas um símbolo da luta contra o analfabetismo. O projeto político-pedagógico de Paulo Freire foi fundamentalmente um repensar da própria educação em geral, como uma contribuição para a constituição da democracia, da cidadania e de um projeto popular de nação.

Ao celebrar os 10 anos da Rede de Educação Cidadã (Recid), gostaria de relacionar uma data com a outra. Considero a Recid ao mesmo tempo como continuidade do projeto freiriano de 1963 e também como sua reinvenção. A Recid, como Angicos, representa um projeto de cultura popular que imagina um projeto nacional de educação – dentro e fora da escola – para uma sociedade democrática com justiça social. Assim foi concebido por Frei Betto, grande companheiro de Freire, ao assumir o cargo de assessor especial do presidente Lula em, 2003. Foi com esse projeto popular que Frei Betto procurou o Instituto Paulo Freire, naquele mesmo ano, para dialogar sobre ele e sobre os objetivos político-pedagógicos do programa Fome Zero. Como Paulo Freire, Frei Betto pensava na educação

necessária para um país sem fome, portanto sem miséria e livre do analfabetismo.

Acompanhei, nesses 10 anos, em diferentes momentos, a evolução do trabalho da Recid e é difícil resumir essa rica trajetória numa pequena carta. Ela me lembra uma conversa com Paulo Freire, há duas décadas, quando ele nos falava do crescimento dos movimentos sociais, de suas marchas e das organizações da sociedade civil, afirmando que, se eles e elas não existissem, muitos serviços públicos não seriam prestados pelo Estado. Associações e movimentos sociais contribuíram significativamente, não só com a redemocratização deste país mas, igualmente, com as conquistas de novos direitos e com o fortalecimento das vozes de segmentos sociais historicamente excluídos das políticas sociais.

Creio que a grande contribuição da Recid situa-se nessa intersecção entre o público e o popular. E Paulo Freire soube, como poucos, estabelecer esse diálogo. Quando ele assumiu a Secretaria Municipal de Educação em São Paulo (1989), lançou sua plataforma com o tema “Escola Pública Popular”, para buscar “mudar a cara da escola”, como nos dizia. Ao construir uma educação pública popular, rompeu com práticas autoritárias e disputou a hegemonia política e cultural de um projeto popular, incorporando instrumentos da democracia participativa, fortalecendo os conselhos escolares e a participação popular como método de governo. Na sua gestão, a educação popular saiu do campo da resistência social para a disputa de um projeto de sociedade no âmbito da política pública.

A educação popular, a maior contribuição da América Latina ao pensamento pedagógico universal, é uma concepção geral da educação que pode estender-se a todo e qualquer nível e modalidade de ensino. Ela não se refere só a experiências de educação não formal e nem se limita à educação das camadas populares ou dos movimentos populares. Paulo Freire queria que se falasse de educação popular na escola pública. Ele não entendia a educação popular apenas como educação não formal. Ele queria não só democratizar a educação, mas garantir que ela pudesse ser popular, isto é, incorporar, em suas práticas, os princípios emancipatórios da educação popular como parte de um projeto de sociedade.

Paulo Freire nos dizia que precisávamos ter um pé dentro e um pé fora do Estado, não dicotomizando Estado e sociedade civil. Ele os concebia como entes que se interpenetram na disputa pela hegemonia de um projeto de sociedade. Por isso, é possível pensar a transformação do Estado a partir de dentro dele. Ele dizia que precisávamos estar taticamente dentro e estrategicamente fora do Estado.

É justamente nesse interstício do poder, nas fissuras do Estado, que situo a atuação da Recid nesses primeiros 10 anos de trabalho. É o que todos os educadores podem fazer, no seu dia a dia, buscando mudar o mundo, ensinando e aprendendo juntos, conscientizando-se, organizando-se para mudar o poder, para torná-lo verdadeiramente popular.

Mesmo enfrentando muitas dificuldades, a Recid conseguiu enormes ganhos sociais, constituindo-se numa das mais belas ações iniciadas no governo Lula e continuadas no governo Dilma, formando lideranças populares, nucleando famílias, articulando a sociedade civil e contribuindo também para o repensar da própria educação pública. As maiores dificuldades decorrem do fato de o Estado não estar preparado para a participação social, não dispondo nem de instrumentos legais e nem de acúmulo em cultura política participativa. Só muito recentemente é que está sendo discutido um marco legal apropriado às organizações sociais em sua relação com o Estado.

A ação da Recid beneficia um público composto pelos grupos sociais mais excluídos dos serviços públicos, do campo e da cidade, e dos direitos de cidadania, em relação à educação, à saúde, à assistência social, à moradia, ao trabalho, emprego e renda. Entretanto, por mais que tenhamos avançados – porque nunca faltou ousadia à Recid – ainda estamos enfrentando muitos desafios que se colocavam desde o início desta iniciativa popular.

Não basta que uma política pública seja correta. É preciso que ela seja legitimada pela população. Para tornar-se realmente pública, precisa ser radicalmente democratizada. É preciso que ela seja legitimada pela discussão coletiva, aproximando o cidadão do Estado. O Estado não deve preceder à sociedade. Para que isso se transforme numa nova cultura política de governo ainda precisamos caminhar muito.

Os espaços da participação popular enriquecem e qualificam a democracia representativa, criando corresponsabilidade social; não a substituem. Mas são espaços ainda muito limitados. Nosso desafio é ampliá-los. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento

e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil.

Há 50 anos, em Angicos, Paulo Freire associava alfabetização e politização. Elas tinham o mesmo peso na avaliação do processo de alfabetização. Ele não queria apenas superar o analfabetismo das letras mas, igualmente, o analfabetismo político. Hoje se fala muito pouco de política nas escolas: virou tabu, heresia pedagógica. Elas estão demandadas para responder a indicadores de sucesso, de alcance de metas, dentro de prazos determinados, à revelia dos contextos locais; redes de ensino submetidas a Sistemas desconectados da realidade, retirando-lhes qualquer autonomia na construção de seu projeto político-pedagógico. Os sistemas, impostos, não problematizam o país que queremos a partir dos sujeitos da escola e não sabem de que educação precisam para o país que desejam. Em muitas redes de ensino a cidadania ativa foi interdita. Por isso não conseguem transformar o saber aí construído em instrumento de luta que possibilite a educandos e educadores tomarem a sua palavra e transformarem-se em sujeitos de sua história. A política precisa voltar à escola, precisa frequentar os bancos das nossas escolas. Não basta matricular o aluno na escola. É preciso matricular, também, as suas necessidades, seus sonhos, a sua utopia. Uma escola não se confunde com um espaço físico. É um conjunto de relações sociais e humanas que implica a construção coletiva de um projeto de sociedade e de país.

Esse é um trabalho que pode ser feito dentro e fora da escola. Os pais têm sido pouco ouvidos nas escolas. A Recid, ao formar para a participação cidadã as populações mais empobrecidas da sociedade brasileira, está contribuindo também para que essas populações exijam melhor qualidade dos serviços prestados pelo Estado e, portanto, também uma escola com mais qualidade social.

A sociedade brasileira vem passando por profundas transformações sociais, políticas e econômicas. Novas formas de cooperação e colaboração entre o Estado e sociedade vêm se consolidando, mesmo enfrentando frequentes questionamentos, hostilidades e até criminalização por parte dos setores mais conservadores e retrógrados da sociedade. Para não haver retrocesso nesse “novo modo de governar”, como sustenta o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, muitas forças conservadoras deverão ainda ser enfrentadas. A disputa não é só política. É também teórica. Precisamos avançar no conhecimento da realidade, na leitura do mundo, sistematizando esse novo pensamento gestado nas práticas sociais e elaborar novos instrumentos e métodos de ação e de gestão dos assuntos públicos.

Vivemos hoje um momento novo e virtuoso na educação brasileira, com grandes realizações no acesso à educação infantil e ao ensino superior, na expansão do ensino técnico, na política de educação inclusiva e na melhoria da educação básica em busca de sua universalização. Mas esses avanços precisam reafirmar um projeto novo de sociedade, justa, democrática, participativa. Precisamos discutir os fins e os objetivos da educação; não só gestão e avaliação. Educar para quê? Avaliar o quê? Precisamos nos perguntar mais sobre a educação que queremos, sobre o país que queremos.

Os 10 anos da Recid e os 50 anos de Angicos nos inspiram a continuar e aprofundar esse processo, ampliando a luta pelo fim do analfabetismo – inclusive o analfabetismo político – de milhões de jovens e adultos brasileiros, como compromisso de um governo democrático. Esta poderá ser uma marca fundamental de um “Brasil sem miséria”, pois é sabido que o analfabetismo é fator e produto da miséria de um povo.

Moacir Gadotti

Diretor do Instituto Paulo Freire (IPF)



Porto Alegre-RS, 19 de julho de 2013.

Educadores da Rede de Educação Cidadã!

Estamos completando 10 anos de projeto, 10 anos de caminhada, sonhando, construindo e fortalecendo o Brasil que queremos. Somos educadores e confundimos a ação de educar e ser educado, nesta relação dialética que caracteriza a educação popular.

Nos processos educativos nunca se sabe direito quem está educando quem. Isto porque os processos de aprendizados são dialéticos. Há sempre uma troca de quem ensina com quem aprende. Por isso, ninguém educa ninguém e ninguém aprende nada sozinho. O processo de agregar conhecimento e sabedoria é sempre o resultado de trocas onde todos os lados envolvidos ganham.

Por isso, a Rede de Educação Cidadã (Recid) talvez seja um dos maiores legados do programa Fome Zero criado nos primeiros dias do governo Lula. Para além de matar a fome de pão, era preciso matar a fome de educação e de organização. Por isso, nasceram os processos educativos através do Talher, oficina em espanhol, e que depois foi consolidado na Recid. Nestes 10 anos foram milhares de oficinas, seminários, encontros regionais e nacionais.

Nesses processos passaram quase um milhão de jovens de todas as regiões do país representando as lutas dos indígenas, dos quilombolas, dos desempregados, das mulheres, das pessoas que lutam pela liberdade sexual, por moradia, saúde, transporte e educação. Muitos destes jovens se tornaram lideranças dos segmentos sociais onde atuam e das comunidades onde vivem.

Mas não foram somente as lideranças sociais que aprenderam nestes 10 anos. O Estado brasileiro, seus representantes e dirigentes também vivenciaram um processo de aprendizado. Através da Recid ocorreram muitos momentos onde a liturgia da burocracia se curvou para a metodologia popular. Onde órgãos e dirigentes públicos, antes alheios às questões e valores populares, se abriram para que a expressão popular, suas roupas, seu modo de agir, de falar e de pensar fosse respeitado e compreendido.

O Estado brasileiro sempre foi elitista e excludente. A ação pública sempre partiu da premissa de que para que alguns tivessem acesso às benesses dos recursos públicos outras pessoas precisariam ser alijadas deles. Somente

nos últimos anos é que as políticas públicas foram pensadas e planejadas para todos os brasileiros. Mas a questão não era somente trazer o povo para os valores da elite. Era preciso repensar os valores. Não era apenas uma questão de dar mais recursos financeiros para quem não tem. Era preciso pensar um novo modelo de sociedade.

Daí que estes 10 anos de Recid são apenas um começo. Iniciamos os primeiros passos dessa jovem democracia. Há muito a se caminhar e a se construir. Essa experiência precisa ser repensada, renovada, ampliada. Deve continuar autônoma e nacional. Deve manter sua dimensão horizontal onde cada um tenha a mesma oportunidade de participar e compartilhar. A Recid deve continuar sendo a parte da sociedade mais próxima do Estado e a parte do Estado mais próxima da sociedade.

Esperamos continuar, muito além de 10 anos. Que as experiências acumuladas e os conhecimentos produzidos sejam gás para muitos recomeços. Viva a educação popular!

Mauri Cruz

Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP)



"É nos espaços dialógicos que se manifesta
o compromisso de transformação".
Paulo Freire, 1987

São Miguel do Oeste-SC, 31 de maio de 2013.

Prezados educadores do povo brasileiro,

Construir um processo de memória de 10 anos da Rede de Educação Cidadã (Recid) na luta e resistência ao modelo tradicional do Estado brasileiro, conceber a formação do nosso povo requer compreender o percurso por onde passou a própria história da classe trabalhadora. Significa recontar o processo educativo representado pela contradição vivenciada na década de 1950, quando apenas para alguns era dada a possibilidade de ensino e conhecimento. Requer também lembrar que é nesse período que o processo industrial se aprofunda e com ele a necessidade de abrigar as massas que, oriundas do interior do país, passam a compor a mão de obra operária das fábricas espalhadas por grandes centros industriais como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. E fatalmente essa mão de obra precisava de instrução para operar máquinas e equipamentos modernos. Por isso, a saída foi o Estado, às pressas, construir escolas e levar a massa para as salas de aula.

O segundo período foi marcado pelo regime militar que deixou marcas profundas no processo de ensino e aprendizagem da educação do povo brasileiro, tratou a escola como um cativeiro, impôs as chamadas disciplinas, grades curriculares, aluno como público-alvo, as provas como processo de absolvição ou condenação. Por isso, o Estado apenas cumpriu com a função de disciplinar a sociedade, formar sujeitos morais de costumes ao rigor da lei e da ordem. Porém, é nesse período que se dão as grandes mobilizações que levam à, abertura política e às principais mudanças do país, vindo junto a possibilidade de repensar o modelo educativo brasileiro, na perspectiva de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Paulo Freire e Darcy Ribeiro, entre outros, que ajudaram a pensar e formatar uma nova visão educacional para o nosso país.

O último período é justamente esses 10 anos em que a Recid surge no cenário brasileiro, que coincide também com o governo democrático e popular do Partido dos Trabalhadores, tendo à frente o presidente Lula no processo de retomada de políticas e ações que comungavam com as expectativas da maioria da população brasileira. Período esse que se configurou pela modernização tecnológica, aprimoramento nas pesquisas e nas ciências, melhoria nas condições de vida da população, avanços significativos nos investimentos na saúde e edu-

cação, mas sem, no entanto, mexer nas estruturas que ainda representam os formatos do século passado.

Entre o período pré-moderno e pós-moderno é que nos encontramos enquanto Talher, um projeto alternativo de política social e educacional, na tentativa de acompanhar um programa chamado Fome Zero, que foi o precursor da ideia de Frei Betto, que almejava instituir por dentro da esfera governamental um instrumento popular de ação social emancipatório e de inclusão. Porém, sem conseguir atingir seu objetivo maior no primeiro momento, por concorrer com poderosas estruturas aliçadas no Ministério da Educação, que até hoje não aceita a ideia de um poder popular pensando a educação brasileira, o Talher, e mais tarde Recid, caminhou à margem da função de Estado, com apoio do Estado que, por mais contraditório que seja, representa bem toda a história do próprio poder comandado pelos trabalhadores no Brasil sem, no entanto, tê-lo sob seu controle.

Assim como no Brasil central, Santa Catarina se colocou no cenário da educação popular por meio do Fórum Parlamentar Catarinense do Fome Zero, instituído no Parlamento do estado como fomentador das políticas sociais do governo federal a partir de 2003. Nascia ali também o Talher/SC, que passou a comandar toda a articulação de formação de grupos e mobilização social em torno da ideia de acompanhar de perto a aplicação, principalmente, dos recursos do Bolsa Família que, ao final, de estratégia de inclusão social, passamos a perceber as fragilidades do programa para atingir a emancipação social. Por isso a saída foi buscar um espaço na estrutura do governo federal que acolhesse a ideia de um setor de mobilização social para pensar políticas e ações nos setores populares, onde por meio da educação popular pautou sua atuação enquanto um misto de sociedade civil e governo.

Essa experiência como um todo mobilizou diversos setores sociais no estado e no país, abrindo frentes de trabalho e desafiando a sociedade a pensar um novo projeto popular para o Brasil. Foram milhares de pessoas que passaram por seminários, oficinas e encontros de formação, inclusive em ações concretas nas mais diversas áreas governamentais dos municípios do nosso estado e do país. Em Santa Catarina, tivemos inclusive experiên-

cias bem sucedidas de implantação de políticas públicas em diversas prefeituras na região Oeste e especialmente em São Miguel do Oeste, que adotou a educação popular na rede pública como processo governamental, sendo uma das experiências apresentadas na Conae 2010, em Brasília.

Além de todas as atividades realizadas em todos os rincões desse Brasil, a Recid transformou-se numa referência educacional e de formação para os diversos movimentos sociais, que em muitos momentos se somaram à ideia e pavimentaram junto conosco boa parte desse longo trecho da caminhada. Por isso o reconhecimento aos lutadores populares pela contribuição para o sucesso que foi e continua sendo a Recid em todo o país.

Por outro lado os desafios que vêm pela frente são ainda maiores, porque nossas experiências nos remetem outros tantos desafios, sendo necessárias novas reflexões sobre esses desafios, as práticas e as estruturas que dispomos. Já que a parceria entre o público e o social poderá em breve acabar e sucumbir um projeto de tamanha

envergadura e que foi capaz de sustentar em boa parte os desgastes do governo Lula e, mais recentemente, Dilma. Sendo assim há que manter viva a ideia da educação popular como instrumento estratégico para um projeto de poder popular, assim como se mantém viva até hoje as ideias de Paulo Freire, Che Guevara, Simon Bolívar e tantos outros heróis dos povos mais pobres e que esperam por justiça social em todo canto desse planeta.

Um abraço fraterno a todos e a luta tem de continuar. “Viva o povo brasileiro”

Juarez da Silva – Educador Popular
Membro da Comissão Nacional de 2007 a 2009
Atualmente é vereador em São Miguel do Oeste-SC e professor do Colégio LaSalle
Secretário de Educação de São Miguel do Oeste-SC de 2009 a 2011

Porto Velho-RO, 19 de julho de 2013.

Companheiros,

Nesses 10 anos da Rede de Educação Cidadã foi possível vivenciarmos muitas experiências no campo da construção e vivência daquilo que Paulo Freire nos ensina sobre a coerência entre o discurso e prática. Penso que a constituição da Comissão Nacional da Recid é um pouco dessa experiência. Quero trazer à nossa memória o nascimento da Rede, sua origem, onde começamos ou como nos juntamos nesse coletivo. A maioria daqueles que fazem parte da Recid vinham de experiências nas CEBs, movimentos sociais, ONGs, partidos políticos de esquerda, portanto cada um trazia e traz consigo suas singularidades.

Com a eleição de Lula em 2002, e logo após sua posse, é lançado o programa Fome Zero, cujo objetivo central era a superação da fome no Brasil. Esse programa, inicialmente, fazia parte do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa). Nesta mesa estavam simbolizados vários elementos relacionados com a alimentação: o 'sal' (agentes de segurança alimentar), o 'copo' (conselho operativo do programa Fome Zero), o 'prato' (programa de ação todos pela fome zero) e o 'talher' – equipe da capacitação para a educação cidadã ou equipe de mobilização nacional/Talher Nacional, não me recordo direito a nomenclatura, que com certeza será tratada em outros escritos. Nós fazíamos parte do Talher e a nossa missão era matar a sede de beleza, por meio de um movimento em cadeia que atingisse todos os municípios do país, realizando um trabalho de conscientização, tendo como metodologia os princípios da educação popular Freireana. Esse trabalho teve início em 2003, as ações iniciais foram atuar nos comitês gestores da sociedade civil para fiscalização e acompanhamento do PFZ (2004). Ocorre que é instituído o pacto federativo, e as prefeituras passam a ter total e absoluto controle do programa. Restaram vários materiais para formação, a mobilização de várias pessoas, movimentos populares. Ocorreu, também, a saída de várias pessoas da equipe nacional (TN), inclusive o idealizador Frei Betto.

Nos vários encontros nacionais que se realizaram desde 2003 e com a efetivação do Convênio MDS/IPF, foram enraizando-se as reflexões em torno de uma participação mais ativa e efetiva do conjunto da Recid. O que era debatido nos corredores, especialmente pelos militantes das regiões Norte e Nordeste, ganhou os espaços da plenária durante o VI Encontro Nacional, pois os educadores

*"Fisicamente,
habitamos um espaço,
mas,
sentimentalmente,
somos habitados
por uma memória."
José Saramago*

traziam a experiência vivida nos estados da nucleação de famílias e grupos envolvidos no processo sistemático de sensibilização/mobilização/estudo/organização por meio dos princípios e metodologia da educação popular, com balanço político-pedagógico, também quantitativo, destacando-se muitas dificuldades de comunicação, gestão do convênio, até mesmo lacunas na metodologia, esta ainda não sentida por todos. O conjunto da rede nos estados estão dispostos uma avaliação da vivência do convênio como um todo. Era desejo dos participantes da Recid estarem presentes em todo o processo organizativo. Naquele encontro cheio de desencontros foi pauta a constituição de forma da participação dos militantes da Recid que não faziam parte da equipe do Talher nacional, uma vez que havia um sentimento coletivo de uma relação verticalizada que não dialoga com os princípios da educação popular.

Após um período de reflexão e amadurecimento da proposta e ao chegar o VII Encontro Nacional da Recid, com o objetivo de discutir seus rumos, sua organicidade, fazer um planejamento para o próximo convênio, o coletivo tem a oportunidade de dialogar com profundidade e intensidade que a questão requer, o papel e a característica dessa Comissão Nacional, entre todas as regiões do país. Ressaltamos que foi uma discussão muito rica, inclusive da perspectiva de uma organização em rede, as peculiaridades e fragilidades da Recid, tais como a dependência de um convênio com governo federal, organização verticalizada, em virtude da equipe do Talher Nacional realizar um trabalho de coordenação de todo o coletivo, o que leva a um efeito antidemocrático. No entanto, olhando a fundo, se reconhece sua formulação e principalmente seu objetivo político, onde surge também a necessidade de pensarmos que princípios/valores nos guiam e nos unem enquanto rede, qual horizonte utópico.

Dessa reflexão é construído o entendimento do

papel político da Comissão Nacional, qual seja: representação do conjunto da rede; fazer a interlocução entre os participantes que a compõem; sensibilizar/articular/mobilizar/animar junto às regiões os processos político-pedagógicos acordados; cooperar junto à equipe do Talher Nacional com a reflexão/formulação de metodologia para as demandas práticas da Recid, tais como instrumentais, textos, programações; e compartilhar as tomadas de decisões, referendadas pelas discussões de base. Naquela ocasião decidiu-se que seriam duas pessoas por região.

Deste modo, a partir de 2007 as regiões escolheram seus participantes da Comissão Nacional e juntos (Coletivos de Base, Comissão Nacional e Talher Nacional) propuseram, estudaram, contribuíram na formulação do projeto político-pedagógico da rede, a sistematização das experiências e a pesquisa, da qual originou-se o 2º programa nacional de formação da Recid.

Atualmente, estamos na quarta composição da Comissão Nacional, as regiões Norte e Nordeste têm três representantes cada uma, por causa do número de estados que as compõem. Houve muitas mudanças desde a primeira composição, é possível perceber que hoje a comissão além de contribuir com o debate político e pedagógico, tem o papel de executar e acompanhar os estados no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Nos anos mais recentes é possível observar a participação apenas de educadores liberados pelo convênio na Comissão Nacional. Talvez o mesmo venha ocorrendo em outras instâncias. Penso que é preciso ter um certo cuidado, pois entendo que a participação de pessoas sem vínculo empregatício permite maior liberdade de reflexão quanto aos caminhos que a Recid deve trilhar em busca da horizontalidade, pois ela está em construção. O ideal é que avancemos nesse processo, inclusive por ser um espaço de vivência da democracia participativa, para que tenhamos mais experiências para compartilhar nos próximos 10, 20, 50 anos.

Raimundinha Pedraça

Integrou a Comissão Nacional de 2007 a 2009
Atualmente é técnica judiciária do Tribunal
Regional do Trabalho de Rondônia

Brasil, 31 de julho de 2013.

Olá educadores populares,

Nós da Comissão Nacional temos o prazer de compartilhar com todos um pouco da caminhada da Rede de Educação Cidadã, lembrando o começo, as conquistas, as angústias e, sobretudo, os aprendizados construídos nesses 10 anos.

A Recid nasceu numa perspectiva de uma educação libertadora, para contribuir na autonomia econômica, política e social de grupos vulneráveis; eis aí o papel da educação popular. No percurso do caminho novos horizontes foram surgindo, como a descentralização das decisões, a participação, a construção coletiva e a identidade da Recid visualizada nos princípios e diretrizes do projeto político-pedagógico, instrumento construído com a base, com os movimentos e organizações que contribuíram e contribuem com o crescimento da nossa rede.

Entendemos que de vez em quando é preciso organizar e divulgar nossas experiências no campo político-pedagógico, no intuito de conferir se essa contribuição continua significativa para somar-se a outras experiências. Ao recordarmos e socializarmos sonhos, princípios e valores, percebemos que temos um passado, um presente e futuro cheio de desafios. Estamos num momento de compartilhar um conjunto de convicções, posturas e caminhos nessa rica trajetória da Recid, comprometida com a educação popular e com a causa popular.

Ao longo desses 10 anos a Recid vem contribuindo com processos de formação com educadores populares, assim como processos organizativos, quantitativos e qualitativos no campo da educação popular na perspectiva de garantia de direitos, na construção de um projeto popular de Nação.

Pois bem, não podemos não lembrar nessa carta do marco histórico para a Recid que foi o nascimento da Comissão Nacional, com seu primeiro grupo constituído em 2007. Mas, para alcançar tal conquista, foi necessário um processo intenso de debates para se consolidar o grupo que representa os educadores contratados e voluntários na base na coordenação nacional da Recid. Os desafios da Comissão são muitos, assim como o desejo de se empoderar mais dos processos da Recid, contribuir mais na base, na região que cada um representa, bem como no espaço da Coordenação Nacional.

*"A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta
dois passos. Caminho dez passos e o
horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais
alcançarei. Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de
caminhar".
Eduardo Galeano*

Na conjuntura atual, várias mobilizações, o povo nas ruas nos aponta novos desafios. Nesse contexto, várias análises estão sendo construídas por diversos movimentos do campo popular: qual o papel da Recid nessa relação Estado e sociedade?

Um dos desafios que teremos pela frente é a discussão em torno de uma política nacional de educação popular, quais as possibilidades e limites de uma política pública de Estado e como amadurecer o diálogo com outros coletivos. Eis aí um desafio para a Rede nesse atual momento. Isso vai exigir de nós muitos estudos, análises, diálogos, entendimento, compreensão e definição de qual é o nosso papel nesse contexto, que garanta que essa possível política pública seja de fato emancipatória.

O momento é oportuno para refletirmos sobre a nossa prática cotidiana desses 10 anos, retomar o caminho percorrido, para nele construirmos um novo caminho, dado os desafios que essa reflexão nos apontará, no 2º ciclo da Ciranda, nas formações estaduais, nas atividades pedagógicas, esses serão os espaços que devemos potencializar para, além de celebrar os 10 anos da Recid, apontar novos desafios.

Para finalizar, buscamos a inspiração em Paulo Freire com o seu pensamento *"Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar"*.

Educadores da Comissão Nacional
(Representantes das regiões Norte, Nordeste,
Sul, Sudeste e Centro-Oeste)



Lages-SC, 30 de julho de 2013.

Companheiros da educação popular,

Esta carta me remete ao período da vida que atuei no programa Brasil Alfabetizado, em São Joaquim, município rural do planalto catarinense, onde me confrontei com a realidade de homens e mulheres que viveram o tempo de suas infâncias e juventude pelas serrarias, lavouras de batata, pomares de maçã e, mais recentemente, nos reflorestamentos de pinus. A realidade daquele município ilustra bem como os jovens do campo foram e são utilizados ao longo de décadas de história, escravizados e usados como força de trabalho abundante e de baixo custo. Este foi o contexto de como entrei na sala de aula em minha primeira experiência com educação de jovens e adultos, em 2004.

Continuei militando pedagogicamente na educação de jovens e adultos e como auxiliar de escritório no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mais tarde na direção da rádio comunitária, ampliei o diálogo com os invisíveis e em situação de isolamento, pobreza e vítimas das desigualdades. O Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) utiliza um indicador de Incidência da Pobreza Subjetiva, obtido a partir do rendimento per capita e de avaliações subjetivas de renda utilizada com alimentação, na prática é dos esfomeados que passam frio e carecem até de um fogão a lenha que estamos falando. Quando a temperatura cai e há previsão de neve, são aqueles que não têm acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, ciclicamente expostos aos agrotóxicos, são os que têm organismos mais suscetíveis às doenças. Isso significa que aumenta a disputa pela ficha para o atendimento médico do SUS e faz com que a madrugada seja longa para quem pega a fila.

Naquele tempo, o diálogo, aproximação e convivência dos atores que estavam na base local de articulação política do Programa Fome Zero (PFZ) – STR, Centro de Direitos Humanos, Movimento das Mulheres Camponesas, pastorais sociais e cooperativas de crédito da economia solidária, Cresol e dos produtores agroecológicos, Econeve - tinham uma expectativa e uma disputava pela criação dos comitês gestores pelo controle social do PFZ, proposta da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004), barrada pelas forças contrárias a democratização da política como espaço de participação e controle social. A pressão sobre o Executivo municipal possibilitou a criação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar e

depois do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 2011.

A criação do Consea no município aconteceu em parte pela necessidade da implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), atrelado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à Política Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) que realizam a compra direta da agricultura familiar. A constituição do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) também é uma experiência exitosa de participação social do planejamento e gestão dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de modo coletivo.

Se por um lado, importantes políticas sociais foram implementadas e milhões estão saindo da pobreza, a consciência crítica e o protagonismo estão relacionados ao processo de amadurecimento político da classe trabalhadora, que conquistou o direito humano de saciar a fome de pão. Frente a isto, a educação popular mostra-se como fermento para a formação de sujeitos com consciência crítica e que não se acomodam no capitalismo nem ficam empanturrados pelo consumismo.

É característico nessa era da informação, não basta que a escola tenha computador ligado na internet banda larga se os professores e professoras dos espaços tradicionais de educação, principalmente das escolas públicas, não compreenderem a função social do conhecimento e da tecnologia. Nesse sentido que o projeto político-pedagógico da Rede de Educação Cidadã (2008), é um instrumento orientador que dá sentido vital ao conhecimento, pode ser utilizado dentro e fora das escolas, pois é o ser humano, seu desenvolvimento e emancipação que nos interessa. Bem mais que um treinamento técnico/intelectual, mas sustentado em propostas pedagógicas promotoras de saúde física e emocional, vivências culturais, sociais e ecológicas podem fazer parte dos PPP's das escolas públicas. O maior desafio não está na implementação da tecnologia no ambiente escolar, mas na formação dos educadores.

Se não avançamos significativamente nas mudanças que queremos nos espaços formais de educação, temos uma experiência orgânica de educação popular de base freireana com raízes no projeto popular de sociedade. Por

isso, apoiamos e tensionamos para dentro do governo Lula e pelo mesmo motivo apóia e tensiona dentro do governo Dilma, que não são governos do PT, são governos de coalizão, fragmentados em vários interesses contraditórios ao projeto popular. É o que temos, parece pouco, mas acumulamos uma experiência valiosa para o momento histórico que vivemos. O acúmulo desses 10 anos nos permite repensar o papel da educação popular no processo de participação política da sociedade brasileira e promoção dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

As manifestações que acontecem pelo país confirmam a insatisfação da sociedade com os serviços públicos e outras atribuições do Estado, mas também mostram que a sociedade está mais consciente de seus direitos, mesmo sem saber que os direitos humanos são interligados e indissociáveis, fazem parte das lutas históricas dos movimentos sociais, setores progressistas da Igreja e dos partidos de esquerda.

A sociedade brasileira está sobrecarregada de informações que distorcem a realidade, tomada pelo analfabetismo político. Se observarmos, a reação do senso comum foi de surpresa, mas não foi uma resposta de participação política, quando a presidenta Dilma propôs o plebiscito pela reforma política. Mais do que esperado dos meios de comunicação de massa, que não têm o mínimo interesse no projeto popular de Nação, tentaram diminuir a importância da proposta levantada pela presidenta. Cito essa entre as diversas questões que motivaram as manifestações para reafirmar que precisamos pensar o papel da educação popular na formação dos sujeitos, participação política e construção de um projeto de sociedade pensado com o povo e para o povo.

Consigo imaginar que um processo como esse possa evoluir se a educação pública tornar-se mais próxima da base pedagógica da educação libertadora; deste modo a ciência e o desenvolvimento humano caminham juntos. Se quisermos formar sujeitos de consciência crítica, precisamos romper com o ciclo que reproduz a ideologia dominante através da escola. O tipo de educação bancária, conforme denunciou Paulo Freire, serve aos interesses da elite para manter os oprimidos em seu estado de alienação. Uma educação libertadora é possível onde o docente não monopoliza a palavra e senta-se em círculo para aprender com a história de vida de cada um através da leitura de mundo. Assim as informações ganham um sentido coletivo do pensar e do agir, impregnados de simbologia e de significado ético que deve orientar o desenvolvimento humano e a construção do conhecimento.

A ideia de uma Política Nacional de Educação Popular levanta algumas aparentes contradições. Se a educação popular é um método que foi construído nos espaços não formais de educação e por isso deveria ficar fora da escola. Será? Se isolarmos a educação popular do espaço público seria o mesmo que reafirmar a escola como espaço de opressão e alienação. Políticas de educação popular podem estar dentro e fora do espaço público, serem intersetoriais e dialogarem em diferentes áreas do governo e da sociedade. O que muda é que o Estado passa a reconhecer e assume o direito à formação política como elemento estratégico para o fortalecimento da democracia da participação.

Tomás Poli Sanchotene

Educador popular em SC/Região Sul

Teresina-PI, 28 de julho de 2013.

Prezados companheiros de caminhada,

O transcorrer de mais uma década encontra-se em seu pleno início neste ano de 2013. Com ela, o surgimento das novas experiências de lutas vem se construindo com todos os seus desafios, dificuldades, mas também com muitas conquistas consideráveis nesta correlação de forças que, aos poucos, propicia nova forma rumo à construção de um projeto popular antes considerado utópico e inimaginário. Gradativamente temos percebido os sinais de mudanças acontecendo de Norte a Sul deste país, sobretudo na grande região Nordeste, com a sua histórica formação política e social de tantas vulnerabilidades, instabilidades e grandes desigualdades sociais promovidas por experiências neoliberais nos ditos anos de 1990.

Os acontecimentos que se evidenciam no instável cenário nacional refletem na grande região Nordeste pela mesma via do comprometimento das políticas sociais e da forte presença das políticas compensatórias, ineficazes para erradicar a fome e reduzir a pobreza tão debatida pelo conjunto de entidades da sociedade civil que trouxeram na sua bagagem o forte desafio de superação com as primeiras medidas estruturantes do programa Fome Zero. Como se não bastasse, nesse mesmo período já se desenhava um forte desgaste das estruturas partidárias que alimentavam seu forte e doentio isolacionismo ideológico.

O ano de 2003 veio então para marcar o fim de um ciclo das lutas de massas fortemente enraizado e articulado nos fins dos anos 90 que, com a eleição de Lula, ocasiona uma certa fragmentação e, conseqüentemente, o início de um processo de descenso das lutas sociais, inclusive nos estados do Nordeste brasileiro. A partir daí, vimos surgir uma nova experimentação para a luta articulada, em rede, promovendo um certo refluxo sobre tais entidades e movimentos que vieram para remodelar um novo corpo, o da Rede de Educação Cidadã, com um novo enfrentamento aos desafios propostos para esse imenso território heterogêneo, de características diversas.

O Nordeste brasileiro foi palco de experimentação para as primeiras ações do governo Lula, e com ele, os primeiros passos da Rede de Educação Cidadã foram se moldando no desenvolvimento das atividades pedagógicas de formação, com oficinas temáticas voltadas para debater o foco central de um projeto grandioso que seria o de combater à fome e de toda forma de vulnerabilidade social.

Dessa forma, muitos educadores populares se dispuseram a uma nova prática para sua ação metodológica, agora sob preceitos freireanos, revendo seus métodos, reaproximando as entidades e movimentos sociais do Nordeste, bem como constituindo uma nova configuração para uma ação articulada e consistente.

Ao longo desses 10 anos transcorridos foram muitas as dificuldades vivenciadas pelos estados do Nordeste, haja vista que vivemos numa região em que a posse da terra foi historicamente símbolo do poder dos coronéis. Dessa forma, não poderíamos promover reflexões equivocadas no sentido de atribuir ou considerar a seca como sendo a única causadora do problema da fome no sertão nordestino, mas sim, a estrutura socioeconômica hierarquizada e excludente com seus fortes resquícios nos dias de hoje.

Foram grandes os desafios em torno da consolidação da Rede Nordeste, pois assim como nas demais regiões, a formação das equipes passou por provações que propiciaram uma elevação de qualidade, assim como das alternâncias de educadores e entidades âncoras que ajudaram ainda mais na dinamização, democratização e fluidez de um processo político-pedagógico a que estamos condicionados.

A Recid Nordeste tem prezado muito por este debate, na perspectiva de que mais adiante possamos todos vivenciar uma possível experiência em torno da autossustentabilidade da rede pois, aos poucos, temos demonstrado fortalecimento e amadurecimento para pleitear tamanho desafio. Para isso, é importante que se faça o dever de casa no sentido de conhecermos a realidade do povo nordestino, suas reais necessidades “de pão e de beleza”, conhecendo e valorizando o que há de mais belo como nossa cultura, folclore, biomas, etnias, revoltas e insurreições, mártires e líderes populares, bem como as lutas expressivas vivenciadas mais recentemente nos estados, tais como: o Fórum Permanente de Convivência com o Semi Árido no Ceará; a luta contra o agronegócio e o tombamento da Pedra de Xangô na Bahia; o Tribunal Popular Judiciário no Maranhão; a Campanha contra o uso de Agrotóxicos no Pernambuco; a luta pela Agro ecologia na Paraíba; o Fórum de Lutas Fora Micarla no Rio Grande do Norte; a quebra de Xangô em Alagoas; a luta pela Univer-

sidade Federal do Sertão em Sergipe; e a luta em defesa da melhoria dos Transportes Coletivos no Piauí. Ao mesmo tempo, não esquecemos que ao longo desses 10 anos intensificaram-se os grandes pólos agroindustriais, petroquímicos, metalúrgicos e têxteis que agredem a dignidade e violam os direitos humanos de cada homem e de cada mulher deste Nordeste brasileiro.

Nesse caminho percorrido, foram muitos os momentos de socialização das experiências nos mais diferentes espaços, como as cirandas, os encontros nacionais, os encontros macro Nordeste, as reuniões ampliadas, as reuniões de coordenação regional. Todos na perspectiva de propiciar o amadurecimento político desta grande rede a partir dos grandes temas e debates discutidos, como esses relacionados aos grandes projetos desenvolvimentistas que não considera os propósitos de vida do povo, mas aos interesses particulares de políticos e empreiteiras.

No nosso mais recente encontro macro Nordeste realizado no estado do Piauí em janeiro de 2012, pudemos sentir todo o calor dessa diversidade cultuada por cada um dos estados, ao mesmo tempo em que reavivamos a consciência voltada para as disparidades e distâncias sociais ainda muito alargadas. Foi nesses últimos anos que a Recid Nordeste se dedicou a aprofundar o estudo e a compreensão do seu Projeto Político Pedagógico à luz

do Plano Nacional de Formação, dando ênfase ao que foi prioritário para o desenvolvimento das ações em cada um dos estados, como: empenhar-se numa estratégia de luta unificada para campo e cidade, fortalecer os caminhos do projeto popular para o Brasil, firmar a organicidade da rede, e compreender melhor a história do Nordeste para a construção de estratégias mais consistentes e outros.

Mediante todas essas ações e lutas desenvolvidas ao longo de uma década, a Recid Nordeste traz o entendimento conclusivo de que a educação popular é a grande esfera tática da nossa luta, que obteve consideráveis avanços e conquistas, mas que ainda precisa romper com os fantasmas da fragmentação e da institucionalização sofridos pelas nossas entidades. Nesse longo caminho percorrido, pudemos enfim perceber o aprofundamento teórico e prático que nos levaram a fortalecer as características de um projeto popular para a grande, calorosa e apaixonante região Nordeste. Estamos prontos pra mais 10 anos, pois “se muito vale o já feito, mais vale ainda o que será!”

Lucas Araújo

Educador popular no Piauí/Região Nordeste

Boa Vista-RR, 3 de agosto de 2013.

Companheiros/as, “o caminho se faz caminhando...”

Falando da Rede de Educação Cidadã-RECID, a partir do chão que pisamos, posso dizer que pela estradas daqui, tudo começa em dezembro de 2004, na Casa Paulo VI, em Boa Vista-RR. Pois é, por aqui ecoou um som harmonioso na terra de Makunaíma. E era o choro de uma criança inocente recém-nascida do ventre da nossa pátria mãe, amparada pelas mãos do parteiro Frei Betto que a batizou de Talher e a entregou ao sacerdote: Pe Edson Damian, amigo de sonhos e lutas.

Não temos como falar da Recid em Roraima ou mesmo na região Norte, sem destacar a contribuição da igreja católica. Aliás, penso que, em quase todo o Brasil, o trabalho da Recid começa junto aos grupos e comunidades eclesiais de base, ligados à Igreja Católica e aos movimentos sociais. Assim como não dá para fazer memória da caminhada da Recid sem falar de Frei Betto, de Dom Edson – hoje bispo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira/Amazonas, do companheiro Valdir Benício – em memória, como de tantos educadores/as populares que tiveram suas vidas ceifadas aqui, em Rondônia e no Brasil, na caminhada em prol da educação popular, das entidades, fóruns e organizações comprometidas com os inúmeros mutirões, tanta gente que topou abraçar a proposta do Programa Fome Zero.

O Talher, em Roraima, como nos demais estados do Brasil, nasce com a missão de acompanhar e monitorar as famílias beneficiadas do programa Bolsa Família e outros programas emergenciais do governo Federal, incentivar e ajudar na organização do trabalho de base mediado pela educação popular para a mobilização e participação social, respeitando e valorizando a identidade do povo que, ao longo da história, ficou à margem da história, ajudando-os para despertar a importância de cada um/uma assumir seu papel e seu protagonismo na construção da sua própria história, respeitando os elementos populares como parte do processo de conhecimento empírico para garantia de uma vida digna nos municípios e estados.

A Rede de Educação Cidadã-Talher aponta e fez nascer em nós um sonho de outro momento para o Brasil, que vivencia um governo de oportunidades - o povo brasileiro, principalmente o povo da região Norte, começa a tirar as vendas dos olhos, sente que é o momento de misturar

os valores, saberes e culturas a partir de sua realidade, de ver seus direitos humanos respeitados, respeitados, como, direito alimentar, moradia, educação. O momento era de alimentar a sociedade e saciá-la de pão e beleza. A sociedade estava enferma, por uma epidemia do egoísmo e do individualismo que afetava os três pontos principais que mantêm a vida: o cérebro, o coração e a alma, - essa doença impedia as pessoas de acreditar que, com a força coletiva, uma nova sociedade nasceria.

A Recid na região Norte, enfrentou muitos desafios para chegar aonde chegou, afinal essa é uma região constituída de uma riqueza e diversidade regionais, mas também de uma enorme desigualdade social, uma história de muita exploração humana, de valores negados e de direitos violados. Mas podemos dizer que tivemos conquistas e ganhos humanos. Fazer educação popular na região Amazônica é um grande desafio, mas também é uma alegria, pois se semeiam sonhos e esperanças, se renovam vidas ao subir e descer os rios e ir ao encontro do povo que faz poesia cotidianamente para poder sobreviver. E foi assim que chegamos a 2006 – quando uma luz no fim do túnel se acendia. Com a sistematização das atividades desenvolvidas em cada estado, que resultou na produção do Vamos Lá Fazer o que Será vimos que muito se fez, mas que ainda tínhamos muito a fazer. Por isso, podemos dizer que, ao longo desses 10 anos, a Recid/Talher, contribuiu para o fortalecimento do trabalho de base, da organização dos pequenos trabalhadores/as rurais, de grupos de geração de renda, da economia solidária, da comunicação popular, do protagonismo de grupos como juventude, mulheres, pescadores/as, parteiras, indígenas... Enfim, buscou e busca dar voz e vez à população para que esta seja, de fato, construtora de sua história.

Em 2007, toda a região Norte, teve a oportunidade de vivenciar a formação e o estudo em torno da educação popular, mediado por Antonio Gouvêa, o que contribuiu para se qualificar o trabalho de base a partir da educação popular, como também para fortalecer a Recid na região Norte. Outro elemento que destacamos desse ano perpassa pelo fortalecimento da Economia Solidária em alguns estados da região, que contribuiu para organização de pequenos grupos de geração de renda e de fóruns de economia solidária.

E, assim, a Recid seguiu sua caminhada, olhando os diferentes rostos coloridos a partir dos grupos existentes na região, ouvindo o eco da voz dos sábios e sábias, dos gingados e ritmos dos povos tradicionais, da sabedoria popular que enriquece a memória e a história da região e do Brasil, valorizando o que cada pessoa tem de diferente, a mistura de credos, de raças, a mística que humaniza as relações sociais, incentivando a participação social e o protagonismo das pessoas que viviam e vivem no anonimato.

A Recid/Talher enfrentou desafios e continua a enfrenta-los, pois a luta é árdua, exigente... O tempo da educação popular não é o tempo do Estado brasileiro, no qual as relações humanas são mediadas pelo sistema capitalista, excludente, egoísta, em que a luta de classe, a correlação de forças às vezes parece ser maior que a luta, onde tudo isso se contrapõe aos objetivos e propósitos da educação popular. Por isso, ser educador/a popular é exigente e desafiador, mas ao mesmo tempo, é gratificante e motivador.

Neste sentido, vivenciar a metodologia freireana, os princípios e as diretrizes da Recid a partir do seu Projeto Político Pedagógico e do Plano Nacional de Formação, em diálogo com a vida das periferias ou do povo que continua a viver à margem da sociedade nos centros urbanos, é algo posto à Recid para seus próximos anos. A educação popular mais que nunca tem espaço, pois o povo retoma as ruas como espaço de lutas, para fazer valer o seu grito.

Peço licença para trazer uma experiência específica a partir das ações da Recid no estado de Roraima que se passa no município de Alto Alegre, onde trabalhar a Educação Popular levou tempo para apresentar um resultado como este que partilhamos com o Brasil. Falarei de Romilda Andréa uma beneficiada do programa Bolsa Família que tomou consciência e tomou uma atitude depois de conhecer a Educação Popular. “A Recid é a luz dos meus olhos, resolvi voltar a estudar, após conhecer a Recid. Tô fazendo o curso de Pedagogia, e quero dedicar meu futuro à Recid que me deu oportunidades e me valorizou como ser humano”.

Outro fato importante que não temos como não partilhar com vocês se deu em 2008. Exatamente, neste ano, a região Norte teve sua história marcada pela ausência de tantos amigos, tantos educadores/as populares, voluntários, contratados que, em nome da luta por um país e uma sociedade melhor, se atreveram a pegar a estrada para fazer educação popular junto ao povo de Rondônia. E lá se foi e lá se foram, junto a outros/as, Valdir, Bruna, Neia.... viver em outra dimensão.

Mas a história segue, e, na estrada em que a Recid vai se fortalecendo, novos caminhos são trilhados, avanços significativos são conquistados, como fortalecimento dos espaços de participação social, do diálogo e parcerias são fortalecidas. Ao longo dos 10 anos da Recid, quebrou paradigmas, construiu novos conceitos, quebrou relações verticais, abriu novos horizontes para a juventude e para novas representações, fortaleceu a democracia participativa, qualificou e fortaleceu os debates e as reivindicações em torno dos direitos sociais.

E, ainda no campo da aprendizagem, da articulação política, da partilha de experiências, não podemos deixar de destacar o protagonismo da Recid na organização e participação no Fórum Social Mundial que aconteceu em 2010 na cidade de Belém, contando com a presença de educadores/as populares de todo o país, e nas últimas versões do Fórum Social da PanAmazônia desde o realizado em Santarém/Pará também em 2010 e em 2012 na cidade de Cobija/Pando/Bolívia, espaços que foram significativos e enriquecedores para o fazer pedagógico da Recid na região. A Recid, em parceria com a SDH e com o Ministério da Pesca, desenvolveu um processo intenso de alfabetização de pescadores e também um trabalho de fortalecimento das parcerias tradicionais. Esses momentos trouxeram riqueza e acúmulos para fortalecer a caminhada.

Por isso, para vencer aquilo que encaramos como desafios, é necessário que tenhamos clareza de que, só através da intensificação na formação política pautada nos princípios da educação Popular, do compromisso dos governos, das lideranças, do trabalho de base podemos caminhar para a transformação social e para a construção de um Brasil popular, com movimentos sociais fortalecidos, fazendo valer o seu papel, fortalecendo a luta e a Educação Popular. Para isso, experiências como a da Rede de Educação Cidadã precisam ser fortalecidas e incentivadas, para que o governo se aproxime mais do povo brasileiro, por meio de iniciativas como esta, e o Brasil avance. Siga Recid por mais longos anos, pois ainda há muito a fazer na região Norte e em todo o Brasil.

Um abraço afetuoso,

Maria Lidia Vasconcelos

Educadora Rede de Educação Cidadã, em Roraima
Região Norte

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Temer

SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
Ministra-chefe
Maria do Rosário

SECRETARIA DE PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS
Secretário Nacional
Gabriel dos Santos Rocha

Coordenação de Educação em Direitos Humanos
Coordenadora-geral
Salete Moreira

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Ministro-chefe
Gilberto Carvalho

Assessor especial da SG:
Selvino Heck

SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
Secretário Nacional
Paulo Roberto Martins Maldos

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR E MOBILIZAÇÃO CIDADÃ
Diretora
Vera Lúcia Lourido Barreto
Equipe:
Assessores
Iracema Ferreira de Moura
Marcel Franco Araújo Farah
Willian Silva Bonfim

COMISSÃO NACIONAL RECID
(representantes da sociedade civil)

Região Norte
Gesse de Freitas Rocha "Branco"
Francimar Santos Júnior
Silvana Maria dos Santos Tomaz

Região Nordeste
Antonio Francisco de Carvalho
Maria Inês Marcelino de Araújo
Simone Andréa Lourenço

Região Sul
Luzia Alves da Cruz Cabral Nunes
Tomás Poli Sanchotene

Região Centro-Oeste
Jacqueline Chaves do Nascimento
Paulo Sérgio Matoso

Região Sudeste
Rosely Carlos Augusto
Sandra Madalena Valentim de Souza

SECRETARIA DO RECID
Gabriel Carvalho
Silvia Salim
Cristina Brites

CAMP
Diretor Geral
Mauri Cruz

Secretaria-executiva
Daniela Tolfo

Coordenador da Equipe Pedagógica
João Werlang

Equipe de Coordenação Pedagógica
Claudia Andrieux
Maria Karam
Elisiane Jahn
Rafael Coelho

CARTAS MEMÓRIA
Recid 10 anos,
Sementes e Frutos da
Educação Popular

Produção do texto: Cartas produzidas por
pessoas que tem ou tiveram relação com a
construção da experiência da Rede de
Educação Cidadã ao longo de seus 10 anos.
As cartas expressam a visão de seus autores.

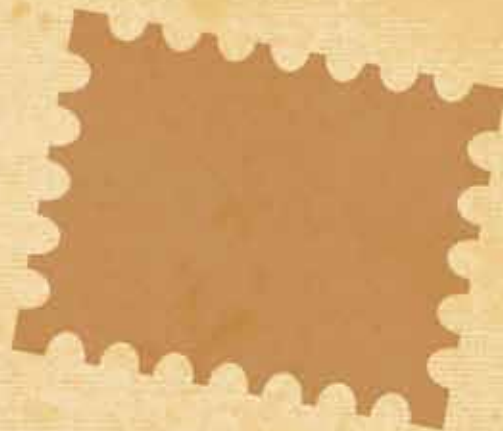
Edição final: **Willian Bonfim**

Fotos: Arquivo Recid no CAMP

Projeto gráfico e diagramação:
Beto Fagundes - Veraz Comunicação

Tiragem 1ª edição: 8.000
Impresso no Brasil
Distribuição gratuita

Ano: 2013





www.recid.org.br